

--- N.º 9/2015 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE NOVE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

--- Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e quinze, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, extraordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

--- **PRIMEIRO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO PROMESSA E DA TRANSAÇÃO JUDICIAL, BEM COMO O COMPROMISSO PLURIANUAL DECORRENTE, RELATIVAMENTE À TRANSAÇÃO NO ÂMBITO DO PROCESSO JUDICIAL N.º 1188/08.8 BEBRG DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA, COM RECURSO DE REVISTA PER SALTUN N.º 429/14 PENDENTE NO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA D) -----

--- **SEGUNDO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, DECORRENTE DA TRANSAÇÃO QUE SE PRETENDE CELEBRAR NO ÂMBITO DA AÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM PROCESSO 1669/08.3 BEBRG, FICANDO A EFICÁCIA DOS ATOS REFERIDOS NOS PONTOS ANTERIORES CONDICIONADA A ESTA AUTORIZAÇÃO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **TERCEIRO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CÓDIGO REGULAMENTAR DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO, ESPAÇO PÚBLICO E ATIVIDADES PRIVADAS, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **QUARTO** - ANÁLISE E TOMADA DE CONHECIMENTO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL À ÁGUAS DO NORTE, S.A, PARA EFEITOS DO DECRETO-LEI N.º 93/2015, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA D)-----

--- **QUINTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA A INSTALAÇÃO DA LOJA DO CIDADÃO DE V. N. DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) ----

--- **SEXTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 17.000,00 €, PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA N. SRA DE FÁTIMA, À UNIÃO DE FREGUESIAS DE V. N. DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **SÉTIMO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 15.000,00 € (QUINZE MIL EUROS), À FREGUESIA DE POUSADA DE SARAMAGOS, DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA EXECUÇÃO DO ALARGAMENTO E REPAVIMENTAÇÃO DA RUA DA CASTANHEIRA E RUA DAS CANCELAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **OITAVO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 25.000,00 € (VINTE E CINCO MIL EUROS), À FREGUESIA DE LANDIM, DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA CONSTRUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS NA RUA DO POÇO, RUA DA TAPADA E TRAVESSA DA TAPADA, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **NONO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO FINANCEIRO, NO MONTANTE DE 40.000,00 € (QUARENTA MIL EUROS), AO GRUPO DESPORTIVO DA CARREIRA, TENDO EM VISTA A EXECUÇÃO DA 2.ª FASE DE OBRAS DE ACABAMENTO NA CONSTRUÇÃO DE BALNEÁRIOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **DÉCIMO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 31.000,00 € À UNIÃO DE FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ, PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO BARROCO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **DÉCIMO PRIMEIRO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 190.000,00 € À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA JUVENTUDE DE MOUQUIM, PARA OBRAS DE MELHORAMENTO E COLOCAÇÃO DE PISO SINTÉTICO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO SEGUNDO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS DIVERSOS RAMOS DE ATIVIDADE, POR UM PERÍODO CONTRATUAL DE 6 MESES, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 190.000,00 €, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO TERCEIRO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE UM APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA SOCIEDADE ÂNGELA SÁ FERNANDES, LDA, PESSOA COLETIVA N.º 513105689, NA FREGUESIA DE LOUSADO, DESTE CONCELHO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **DÉCIMO QUARTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE UM APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA SOCIEDADE VIEIRA DE CASTRO – PRODUTOS ALIMENTARES, S. A., PESSOA COLETIVA N.º 500298882, NA FREGUESIA DE GAVIÃO, DESTE CONCELHO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)

--- **DÉCIMO QUINTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE UM APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA SOCIEDADE ARGACOL – TINTAS E VERNIZES, S.A., PESSOA COLETIVA N.º 501115099, NA FREGUESIA DE RIBEIRÃO, DESTE CONCELHO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **DÉCIMO SEXTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE UM APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA SOCIEDADE MANUEL FERNANDO AZEVEDO, SA, PESSOA COLETIVA N.º 500995931, NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AVIDOS E LAGOA, DESTE CONCELHO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO SÉTIMO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2015 E RECRUTAMENTO NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO OITAVO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) --

--- **DÉCIMO NONO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO SNACK-BAR INSTALADO NO COMPLEXO DESPORTIVO E RECREATIVO DA CIDADE DE V. N. DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, (GRELHA E) ----

--- **VIGÉSIMO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO URBANO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **VIGÉSIMO PRIMEIRO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PSD E CDS-PP PARA A REALIZAÇÃO DE UMA SESSÃO SOLENE, NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2015, EVOCATIVA DAS COMEMORAÇÕES DOS 40 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- A Mesa, presidida por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e secretariada por Heitor Rui Santos Bernardo e Rita Sangreman Proença Pires de Lima, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

--- ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

--- AGOSTINHO SILVA VEIGA-----

--- ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA-----

--- ANDRÉ FILIPE PINHEIRO MOREIRA COSTA -----

--- ANDRÉ MANUEL SALDANHA FERNANDES-----

--- ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----

--- ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA-----

--- ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----

--- ANTÓNIO FERREIRA MATOS -----**FALTOU** -----

--- ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----

--- ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----

--- ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----

--- AVELINO ALMEIDA MACHADO SILVA REIS -----

--- AVELINO FREITAS SILVA -----

--- BRUNO SILVA CAMPOS-----

--- CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO-----

--- CARLA SOFIA SANT'ANA AFONSO R. FARIA-----

--- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES-----

--- CARLOS FERNANDO SILVA CARVALHO -----

--- CÉLIA CRISTINA MAIA MENESES CASTRO -----

--- DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU -----

--- DOMINGOS SOUSA COSTA-----

--- DOMINGOS PEREIRA PEIXOTO-----

--- FERNANDO RIBEIRO MONIZ -----
--- FIRMINO VILA VERDE COSTA -----
--- GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
--- HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
--- HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA -----
--- HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO -----
--- JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO -----
--- JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----
--- JOAQUIM ALMEIDA SANTOS SILVA -----
--- JOAQUIM CARVALHO GRANJA SILVA -----
--- JOAQUIM MONIZ FERREIRA-----
--- JOAQUIM MARTINS RODRIGUES -----
--- JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
--- JOSÉ CARLOS REIS CAMPOS -----
--- JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
--- JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----
--- JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----
--- LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
--- LURDES OLIVEIRA FERNANDES -----
--- MANUEL AZEVEDO SILVA-----
--- MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
--- MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
--- MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO-----
--- MANUEL MARTINS COSTA -----
--- MANUEL OLIVEIRA SANTOS -----
--- MANUEL SILVA ALVES -----
--- MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO -----
--- MARIA ESPERANÇA DIAS F. OLIVEIRA -----
--- MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA -----
--- MÁRIO JORGE MOREIRA FERNANDES-----

--- PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----
 --- PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA -----
 --- PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
 --- PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
 --- PAULO JORGE LOPES COELHO -----
 --- PAULO MANUEL MARQUES COSTA -----
 --- PEDRO JORGE SOUSA SANTOS -----
 --- RAQUEL ALMEIDA PINTO-----
 --- RAUL DUARTE AGUIAR TAVARES BASTOS-----
 --- RITA ISABEL AZEVEDO SOUSA CRUZ-----
 --- RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES LIMA -----
 --- RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES-----
 --- RUI PEDRO PACHECO ALVES -----
 --- SUSANA MARIA COSTA PEREIRA-----
 --- TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA -----
 --- VITOR TORRES PEREIRA -----
 --- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período da: -----

-----ORDEM DO DIA -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – informou da impossibilidade do senhor Presidente da Assembleia Municipal em estar presente, pelo que solicitou ao grupo municipal do CDS-PP a indicação de um dos seus membros para completar a Mesa. -----

--- **PRIMEIRO PONTO** - *DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO PROMESSA E DA TRANSAÇÃO JUDICIAL, BEM COMO O COMPROMISSO PLURIANUAL DECORRENTE, RELATIVAMENTE À TRANSAÇÃO NO ÂMBITO DO PROCESSO JUDICIAL N.º 1188/08.8 BEBRG DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA, COM RECURSO DE REVISTA PER SALTUN N.º 429/14 PENDENTE NO*

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.
(GRELHA D)-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento e disse estar à disposição para qualquer questão. -----

--- **VITOR PEREIRA (PS)** – disse: -----

--- “Senhores deputados, esta proposta de aprovação de transação que temos aqui é infelizmente mais uma demonstração da ligeireza, senão mesmo da incompetência e da irresponsabilidade com que o executivo municipal da coligação PSD/CDS-PP gere os dinheiros públicos famalicenses. -----

--- Há poucos meses fomos confrontados com a gestão irresponsável do Parque da Devesa, onde o ziguezaguear e a falta de norte na condução do processo nos condenou ao pagamento de uma indemnização milionária na ordem dos 7 milhões de euros. -----

--- Agora somos confrontados com uma proposta de aprovação de transação com a empresa “Urbanização do Talvai” da qual resultará o pagamento de uma nova indemnização agora no valor de 2.250.000,00 Euros; isto como resultado do incumprimento do contrato de cedência e doação de terrenos destinados à construção e instalação da Universidade Lusíada. -----

--- No caso do parque da Devesa a Câmara Municipal entendeu que um ano seria suficiente para concluir o Plano de Urbanização, não era. Incapaz de respeitar o prazo que ela própria se impôs, fomos todos confrontados com as consequências desastrosas que todos conhecemos.-----

--- Agora, neste caso, tinha não 1, nem 2, nem 3, mas 10 anos para concluir o Plano de Pormenor de Talvai. Resultado? Foi incapaz de o fazer.-----

--- Vejamos os factos: -----

--- Por deliberação de 20/02/1995, a Câmara Municipal de então, decidiu celebrar um contrato segundo o qual a “Urbanização do Talvai” cederia ao município parcelas de terreno destinadas à construção das novas instalações da Universidade Lusíada obrigando-se em troca a licenciar a construção de um conjunto de edifícios identificados no acordo. -----

--- Este licenciamento só poderia ser realizado após aprovação pela Comissão de Coordenação da Região Norte – CCRN) de um Plano de Pormenor (PP) para aquela zona. --

--- Tendo em conta a habitual morosidade destes processos, foi definido um prazo de 10 anos, a contar da celebração da escritura (e esta foi celebrada a 26/01/1996) para a emissão das respetivas licenças. Prazo mais que suficiente para, dentro do mesmo, se concluir o Plano de Pormenor em causa. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, em 22/02/1999, a elaboração do “Plano de Pormenor do Talvai” -----

--- Em 7 de fevereiro de 2000 a Câmara Municipal de então, enviou proposta do Plano à CCDRN. -----

--- Depois de alguns avanços e recuos e de várias reuniões, a verdade é que a Câmara Municipal recebe em 21 de janeiro de 2002 o parecer favorável à respetiva fase do Plano de Pormenor de Talvai. -----

--- Estranhamente, a partir daí, o processo encontra-se parado. -----

--- O Plano de Pormenor acabaria por não chegar à fase de aprovação final. -----

--- Consequentemente, a Câmara Municipal não emitiu as licenças solicitadas e a empresa (“Urbanização do Talvai”) reclamou a indemnização prevista no contrato celebrado com o Município. -----

--- O Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (TAFB) julgou este processo, não encontrou qualquer ilegalidade no contrato, e deu razão à empresa, -----

--- A Câmara Municipal desrespeitava assim uma vez mais as suas obrigações e era condenada a uma indemnização milionária... mais uma. -----

--- Fica-se sem saber por que razão não foi dado andamento ao procedimento de aprovação daquele Plano de Pormenor.-----

--- Seria por falta de interesse, falta de competência, ou irresponsabilidade pura e simples?--

--- Esta transação traduz mais um ato de gestão absolutamente falhado da Câmara Municipal. -----

--- A Câmara da Coligação (que nos governa desde 2001), bem sei que estes factos são anteriores ao consulado do senhor Presidente da Câmara atualmente em funções, mas em todo o caso era uma Câmara da coligação, no qual o próprio também tinha a sua quota-parte de responsabilidade e não era pouca, era uma figura destacada, colocou-se numa posição de subalternidade em face de interesses privados, “colocou-se a jeito”, e agora sujeita-nos de

novo ao pagamento de uma indemnização milionária e ao desvio de preciosos recursos financeiros que podiam e deviam ser canalizados para outros fins. -----

--- À falta de melhor explicação, resta-nos concluir que houve, uma vez mais, negligência grosseira na gestão da Câmara Municipal gerida pela Coligação PSD/CDS, única razão que justifica o pagamento de uma indemnização de 2.250.000,00 Euros. -----

--- Não subscrevemos esta ligeireza e insensibilidade na gestão dos dinheiros públicos que nos onera tão pesadamente e que resulta em primeira linha da irresponsabilidade na condução dos negócios públicos da Câmara Municipal gerida pela Coligação PSD/CDS-PP.

--- Pelo que votaremos naturalmente contra.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Este ano, esta Assembleia Municipal já foi confrontada com duas transações da Câmara Municipal, cujo valor não andarão muito longe dos dez milhões de euros. Há que dizê-lo à boca cheia, dez milhões de euros! Isso deixa-nos inquietos, preocupados, porque no fundo todos nós estamos a pagar estas transações! É claro que todos nós pagamos muitas outras coisas, mas destes dois negócios em particular, porque resultam, no mínimo, de uma irresponsabilidade dos políticos, dos departamentos técnicos, e daqui não resulta nada mais a não ser o famalicense ter que contribuir para estas resoluções em sede já judicial, mas que resultam em nítido prejuízo para o município e para os famalicensees em particular. -----

--- É necessário tirar ilações destes dois casos, há que responsabilizar politicamente e até provavelmente judicialmente estas situações. Eu penso que definitivamente não poderemos compactuar com este tipo de factos consumados, porque realmente, quer dizer, a este ponto entre transacionar ou ser condenado judicialmente, talvez seja realmente preferível transacionar, fasear o pagamento, tentar com que ele até seja menor do que provavelmente em sede de condenação de uma sentença, mas há que extrair uma leitura política disto, quer dizer, os serviços, os executivos não podem ficar impunes perante estes rombos, convenhamos! Eu deixo novamente o número, dez milhões de euros!” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Relativamente a este ponto a CDU tem que se referir, tem que naturalmente proceder à denúncia disto, que consideramos mais um grande negócio, naturalmente para o interessado, e que é sempre bom lembrar que a anterior Câmara Municipal, ou as anteriores Câmaras

Municipais, a Câmara Municipal presidida por Agostinho Fernandes em 1995, a que aprovou a “minuta do contrato de promessa de cedência e doação de terrenos destinados à construção e instalação de estabelecimento de Ensino Superior e a cedência da parcela de terreno com a área de 38 875 metros quadrados foi destacada da quinta da Vila de Baixo da Poça da Vila, localizada na freguesia de Vila Nova de Famalicão, e feita por obrigações decorrentes da aprovação do loteamento no terreno sobrance da proprietária e cedente, situado a sul, através da qual a Câmara autorizava a construção de vários edifícios constituídos por blocos de sete pisos, dois pisos, sete e cinco pisos, seis pisos, cinco pisos, quatro pisos, etc., etc., e ainda oito vivendas unifamiliares com dois pisos. -----

--- Segundo uma das cláusulas (nona) do contrato referido, foi estabelecido que “se por razões imputáveis à Camara Municipal” não fosse possível a construção de qualquer um dos blocos previstos na planta e respetivo regulamento, a Câmara ficava obrigada a indemnizar a cedente ou quem no momento fosse proprietário do terreno desse bloco, “de acordo com o seguinte critério: por cada 130 metros quadrados correspondentes a uma habitação do Tipo três a menos de construção, corresponderá uma indemnização de três mil contos à época”, ou seja cerca de 15 000 €, a que acresceria o índice de inflação. -----

--- Na cláusula 10ª do mesmo contrato, o prazo para apresentação à Câmara Municipal do projeto de loteamento pela cedente “será de 10 anos a contar da data de assinatura da escritura de cedência”. -----

--- Em vinte e seis de Janeiro de 1996, no Salão Nobre da Universidade Lusíada, edifício da Lapa, da cidade de Vila Nova de Famalicão, foi celebrada a “Escritura de Doação e Cedência de Direito de Superfície”, em que intervieram os representantes: da cedente, da Câmara Municipal e da CEUL-Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada, CRL, ratificando-se não só o clausulado daquele contrato datado de 20 de Fevereiro de 1995 mas consagrando também a cedência do direito de superfície, pelo prazo de 99 anos, renováveis, da parcela de terreno com a área de 38 875 metros quadrados, onde a CEUL promoveria a construção, instalação e manutenção de um Estabelecimento de Ensino Superior e equipamentos de apoio, nunca concretizados. -----

--- Atentemos no prazo de 10 anos; a cedente tinha de apresentar o projeto de loteamento, que a Câmara se obrigara a autorizar, independentemente dos organismos que intervêm na área do ordenamento e urbanização e sem colisão com o próprio PDM em vigor. -----

--- Tudo isto foi acontecendo no segredo dos deuses ou dos gabinetes e vem agora a Câmara admitir que “a alteração do planeamento então em vigor não veio a ocorrer pelo que, desta forma, não foram estabelecidas as condições necessárias para cumprimento das condições acordadas e estabelecidas na escritura de cedência”. -----

--- É caso para perguntar: o que é que fizeram, ontem, as Câmaras PS, e, a partir de 2001, as Câmaras PSD no que à questão concerne? Nada! -----

--- Não nos esqueçamos do “boom” imobiliário que em 2008 deu o berro. Que feliz coincidência a Urbanização de Talvai encontrou para, em 7 de Agosto de 2008, ter dado entrada em juízo com uma petição inicial em que calculava uma indemnização de 3 321 445,98 euros. -----

--- Com um Presidente da Câmara que afirma publicamente que, quer neste processo, quer no da Devesa, estariam em causa cerca de 25 milhões, poder-se-á dizer que mais uma negociata de 2 250 000 € é coisa menor e até digno de um bater de palmas à ligeireza e presteza com que delapida os dinheiros do Município. -----

--- É um fartar vilanagem. Tal vai o regabofe indemnizador da atual Câmara. Haja quem se perfile já, porque a maioria desta Câmara à imagem do Governo PSD-CDS tem as mãos-rotas para servir amigos e amigalhaços. -----

--- A CDU desde já declara a sua oposição e votará contra mais esta vergonhosa negociata.”

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

---“Esta é uma história antiga, já foi aqui contada partes, diríamos quase toda a história que rodeia este processo, já foi aqui contado. Mas, a primeira conclusão que nós temos que tirar necessariamente, olhando para essa mesma história, é de que este contrato que foi celebrado em 1996, aparentemente simples, esta escritura não é efetivamente tão simples quanto isto. Ela comportava riscos e esses riscos eram evidentes. Por quê? Porque a construção ou o licenciamento de um conjunto de edificações, ou parte das edificações previstas para a zona de Talvai, violavam as normas do Plano Diretor Municipal. E isso obrigava no mínimo, à aprovação de um plano de urbanização, ou de um plano de pormenor, que permitisse,

naturalmente, a remoção das ditas limitações construtivas. Ora, a verdade é que decorrente daqui, há naturalmente um risco para o município. E que risco é esse? É o de que a Câmara Municipal não tinha, nem tinha a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, nem teria qualquer uma outra que tivesse celebrado um contrato desta natureza, qualquer garantia que esse plano de pormenor viesse a ser aprovado. Não tinha nenhuma! E isso naturalmente é um risco! A Câmara Municipal também não tinha qualquer garantia, de que essa aprovação pudesse ocorrer no prazo de dez anos, que foi o prazo máximo concedido ao doador da parcela de terreno para licenciar as ditas construções. Não tinha essa garantia, mas é verdade que se recorde, que à época normalmente o prazo médio da aprovação do instrumento de planeamento desta natureza, por vezes chegava aos doze anos! E, por essa razão, recordo aqui que em V. N. de Famalicão, com a exceção do conhecido Plano de Pormenor PPZARAS ali na zona de Calendário, o município nunca aprovou qualquer outro instrumento de planeamento. O município também não tinha qualquer garantia que a eventual aprovação não viesse condicionada e que esses condicionalismos pudessem ou não ser exequíveis. Portanto, a Câmara Municipal não tinha nenhuma garantia e, como não tinha nenhuma garantia, naturalmente o doador exigiu um conjunto de contrapartidas, nomeadamente uma compensação financeira em caso de incumprimento e que já aqui foi feita essa referência.-----

--- Ora, todas estas características fazem com que este contrato não seja um contrato simples! É um contrato que comportava elevados riscos para o município! É bom que se diga, e eu gostaria de vincar isso mesmo, aliás na sequência também das palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal, que nós estamos absolutamente, e repito isto, absolutamente convictos, que quer os agentes políticos à época, quer os agentes administrativos, estiveram envolvidos neste processo de boa-fé e convictos de facto de que este era um caminho possível para resolver uma questão que era importante, que era a criação de um novo Pólo Universitário da Universidade Lusíada. Mas a verdade é que, e sem pôr em causa naturalmente essa honestidade, como não posmos de forma alguma, a verdade é que na emergência da celebração da escritura, curiosamente senhor deputado Vitor Pereira, na emergência da celebração da escritura, a Câmara Municipal que dizia à época que já tinha em fase de apresentação um plano de urbanização, levou quatro anos a fazê-lo! Quatro!

Lembre-se bem, a média era doze, levou quatro, que era um prazo normal também para a feitura dum processo desta natureza! -----

---- E é bom também dizer, que ao fim de quatro anos, a área abrangida pelo plano de pormenor, já não era aquela que estava na planta anexa à escritura. A planta anexa à escritura, contemplava um território dum proprietário, agora passou a contemplar um território de mais ou menos duas dezenas de proprietários que levantavam aqui dificuldades. Dois anos depois, vem a informação da DRAOT dando conta, como já aqui foi referido, que o processo podia prosseguir. Podia prosseguir, sim, sim, mas observados certos condicionalismos. Ora aqui é que está a dificuldade! É que os condicionalismos que a DRAOT impôs, não são tão fáceis de superar como se possam pensar! Basta, enfim, analisar o processo, e quem dominar naturalmente estas matérias que são de elevada complexidade técnica, para perceber que a ultrapassagem dos obstáculos que foram criados, não eram fáceis de superar! -----

--- E a verdade é que a Câmara continuou a fazer o trabalho que lhe competia, de forma a poder dar resposta áquilo que eram as exigências da DRAOT. Os trabalhos prosseguiram, a Universidade Lusíada desistiu desse processo, naturalmente não há nenhuma responsabilidade da Câmara nesse sentido, o prazo foi ultrapassado, a empresa moveu no exercício de um direito que lhe assiste, uma ação judicial por incumprimento contratual, e portanto, a questão que agora aqui se coloca é exatamente esta. É que nós temos duas soluções: ou negociar um acordo, ou então esperar por uma sentença transitada em julgado que pode naturalmente trazer consequências mais gravosas para o município. Sensatamente, prudentemente a Câmara Municipal optou pela negociação de um acordo que é o que hoje estamos aqui a discutir. -----

--- Eu acho que fez bem, agora o que me parece também, é que não é justo, nem adequado, e permitam-me a expressão “atear o fogo”, e depois culpabilizar os bombeiros, por eventualmente terem chegado atrasados, ou não ter sido eficientemente eficazes e eficientes no combate ao mesmo incêndio! Eu acho que isso é que não é justo!” -----

--- **TAVARES BASTOS (PS)** – disse:-----

--- “Há sempre boas explicações em política para explicar o que quer que seja. Temos aqui não sei quantas páginas, isto é intragável, isto é elegível.-----

--- Da última vez o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Melo, tirou-me o pio quando eu estava aqui a falar do urbanismo e, portanto, isto é urbanismo. É preciso fazer um historial do que é o urbanismo destes últimos dez, quinze anos, e de facto eu só vejo ações judiciais! Uma ação judicial para pagar os terrenos de Barrimau, uma ação judicial para pagar os terrenos da Devesa, mais uma ação judicial para pagar esta putativa urbanização que não chegou a ser construída, não sei de quem é a culpa, a culpa não é de ninguém, ao fim e ao cabo só ações judiciais. As que a gente conhece! As que a gente conhece! Três estão à vista de toda a gente, não sei se haverá mais meia dúzia delas! -----

--- Se eu fizer aqui um ligeiríssimo resumo do que é o urbanismo, e o que é que anda por trás do urbanismo, porque há aqui muita gente que sabe muito bem como é que isto funciona, outros nem por isso! -----

--- Estava aqui a falar no Ribes de Fradelos, que é o maior aterro privado do país, cinquenta campos de futebol para fazer o frete a dois militantes, um do PS e outro do PSD, se eu dissesse o nome toda a gente conhecia. Eu nessa altura fiquei logo de pé atrás! A seguir, passado um ano ou dois, chegou à Assembleia, ainda era lá em baixo, começou a constar que queriam vender os terrenos do estádio municipal, pavilhão, piscinas, campo de treinos e essa coisa toda, uma barbaridade, uma barbaridade! Era para construir, iam fazer todo esse complexo desportivo em Barrimau, junto ao apeadeiro de Barrimau! Veio à Assembleia um contrato-promessa para comprar os terrenos de Barrimau, na ordem dos dois milhões de euros, quatrocentos mil contos. Depois houve aí uma série de problemas, a população começou a fazer barulho e tal, recuaram, apareceram duas providências cautelares e a coisa morreu! Havia um contrato-promessa, passou por esta Assembleia Municipal dois milhões de euros, com cláusula e os advogados sabem o que é execução específica, que é, tinha que ser pago. Segundo eu ouvi dizer os proprietários correram aqui para a Câmara, uma dúzia, duas ou três dúzias de vezes, a ver se recebiam os tais dois milhões de euros, mas nunca estava ninguém, nunca estavam os vereadores, o Presidente também não estava, estava para o Brasil, estava para não sei onde, quer dizer, os proprietários tiveram que mover uma ação judicial para receber o dinheiro a que tinham direito. E ainda foram anjinhos, anjinhos, porque ao fim e ao cabo, dos dois milhões de euros, receberam uns trocos, portanto ainda aceitaram uns trocos e aceitaram ali um lote em Sinções que, enfim! -----

--- Eu vou concluir, eu teria mais para contar, mas vou concluir. Também tem a quota-parte o atual Presidente da Câmara, porque também estava a pegar no andor e ajudava..., mas o principal responsável, eu até não vou dizer quem é, para não estar sempre... Com isto vou concluir, íamos por aí adiante, temos três, depois às tantas quatro, cinco e às tantas tínhamos trinta ações judiciais para mútuos acordos e tal, desafetações de terrenos e essa coisa toda! Se não fosse a crise que se abateu em 2010 sobre o país, e portanto sobre a construção civil, Vila Nova de Famalicão estava hoje muito ao nível de Tóquio, com construções acima de cem andares! Não tenham a mais pequena dúvida! Isto era pior que a Brandoa! A crise também teve aspetos positivos!”-----

--- **HELDER PEREIRA (CDS-PP)** – disse: -----

--- “Já aqui muito foi dito relativamente à questão desta transação que este município traz a esta Assembleia Municipal para que seja aprovada. O senhor deputado Jorge Oliveira fez aqui uma bela resenha histórica daquilo que efetivamente se passou, e eu agradeço-lhe, porque pela minha idade não a conhecia tão profundamente, a verdade é que depois de ouvir a oposição, parece que se consegue ver tudo nesta proposta que é apresentada pelo município. É certo que veem tudo na base da especulação, eu vou-lhes dizer o que vejo, senhores deputados: eu vejo o município que propõe uma transação que pressupõe um acordo em cima de uma condenação, em cima de uma sentença já proferida, um acordo que reduz o pedido da autora contra o município de mais de três milhões para pouco mais de dois milhões de euros, um acordo que consegue em cima de uma condenação, o pagamento desse montante em quarenta e oito prestações mensais, cerca de quatro anos. Portanto, eu aqui tenho a dizer que me revejo e o grupo municipal do CDS-PP também se revê totalmente nesta coragem e capacidade negocial que a Câmara tem, de em cima de uma condenação, conseguir reduzir o pedido, conseguir o pagamento em prestações, e conseguir que este não seja um problema que cause consequências irreversíveis para a boa saúde financeira deste município. É isto que eu consigo ver, senhores deputados.” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “A nosso ver, de facto a questão fundamental, é para nós a seguinte:-----

--- Se eventualmente nesta transação fosse questionada de outra forma o problema, tendo em conta que o município porventura não deu aso ao retrocesso no investimento e na procura do

mesmo, sobretudo do ano de 2008 para cá, e pesando fortemente os números, e até porque a autora pediu de indemnização três milhões e trezentos mil, quando no seu cálculo, se porventura o fizesse, com uma outra quantia de cinco ou seis milhões, provavelmente estaríamos aqui a discutir novamente, era um acordo ótimo se ficasse nos três milhões. Quer-se dizer, a perspectiva de construção que segurou, não pode ser desta forma tida em conta, porque eventualmente o município para fazer um acordo, tem que o fazer no sentido de que o município não saia pelo menos tão prejudicado e que o acordo seja o razoável, no sentido a que normalmente não estamos habituados, duma forma geral, em que os acordos e infelizmente é de dizer que muitos e muitos acordos são feitos em tribunal, em que se reduz substancialmente o pedido inicial, para muito menos de metade, mas para mesmo muito menos de metade, só que quando está em causa grandes negócios, isso fica de facto muito mais para o lado da parte que pretenda que o negócio seja feito para seu belo prazer, do que para a outra parte que, pelos vistos, a nosso ver, acaba por ter uma cumplicidade neste mesmo acordo. A questão que se coloca a nosso ver, é que estamos na presença de muito, mas muito dinheiro e portanto estamos na presença de uma grande, grande negociata! Foi dito aqui, que estaríamos provavelmente hoje na presença, ou poderíamos competir com Tóquio com construções de cem andares, imaginem o que seria se porventura neste caso concreto, houvesse essa situação e que muito, e que perspectiva de a construção segurasse e então o município iria à falência nesta situação. Portanto, o que nós pensamos é que há na verdade uma grande negociata, há na verdade um péssimo acordo, porque ele nem sequer é reduzido para pelo menos 50%, nem sequer isso, quando normalmente, pelo razoável, a bitola anda nessa ordem de uma forma geral.-----

--- Aqui o cômputo de facto dos juros e tudo o mais, pensamos que a Câmara não teve em conta a necessidade de transmitir que a culpa aqui teria que ser também do outro lado e não só da parte do município, pensamos que a Câmara deveria fazer finca-pé neste aspeto, e achamos, portanto, que se trata mais de uma grande negociata para o lado de quem era detentor deste terreno.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Eu só queria vincar esta questão, até no seguimento da intervenção do senhor deputado do CDS-PP. Aqui, vai-me perdoar a metáfora, perante o leite derramado, não haverão muitas

soluções! Aqui a questão é a montante do leite derramado e a questão é política! E política no sentido de as opções do município e a direção política desses serviços, porque é que se deixa um plano de pormenor engavetado, sabendo que era profundamente oneroso para o município? Portanto, são essas questões que aqui estão na mesa! Eu sei que a Câmara propôs este contrato em concreto e esta aprovação à Assembleia Municipal desta transação, mas vão-nos perdoar, quer dizer, nós não podemos transacionar assim, há questões políticas muito graves e que vão profundamente ao bolso e à dignidade dos famalicenses, quer dizer, isso não pode ficar impune!” -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO PROMESSA E DA TRANSAÇÃO JUDICIAL, BEM COMO O COMPROMISSO PLURIANUAL DECORRENTE, RELATIVAMENTE À TRANSAÇÃO NO ÂMBITO DO PROCESSO JUDICIAL N.º 1188/08.8 BEBRG DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA, COM RECURSO DE REVISTA PER SALTUN N.º 429/14 PENDENTE NO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR E QUINZE CONTRA. -----

--- SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, DECORRENTE DA TRANSAÇÃO QUE SE PRETENDE CELEBRAR NO ÂMBITO DA AÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM PROCESSO 1669/08.3 BEBRG, FICANDO A EFICÁCIA DOS ATOS REFERIDOS NOS PONTOS ANTERIORES CONDICIONADA A ESTA AUTORIZAÇÃO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA) – apresentou o documento e disse estar à disposição de todos os membros para qualquer esclarecimento. ---

--- DOMINGOS COSTA (CDU) – disse: -----

--- “O que me traz aqui é de facto um conjunto de dúvidas que importava, desde já, esclarecer.-----

--- É que não se vislumbra nesta exposição e nos considerandos que a Câmara aqui o faz, qualquer contrato que obrigue a Câmara à indemnização destes trezentos mil euros, sob o ponto de vista de que nos parece não haver aqui nenhum contrato que esteja aqui plasmado, que obrigue a Câmara à construção, seja do que for, apenas e só à cedência do terreno numa primeira fase, como disse o senhor Presidente da Câmara, um terreno de 4.280 m², que foi depois considerado, restituído, e entretanto foi portanto entregue pela exploração por 50 anos um terreno de 20.000 m². Não vislumbramos aqui assim qualquer obrigação da Câmara na construção seja lá do que for. A não ser que tal tenha sido objeto de conversas de gabinete ou de corredor, nem muito menos em que prazo e qual é o incumprimento, porque nem sabemos muito bem, dadas estas circunstâncias que a nosso ver estão aqui omissas, não faz qualquer sentido a nosso ver, vir uma associação litigar contra a Câmara Municipal, se de facto aparentemente não faz prova dessa obrigação. Pelo menos não vislumbramos nestes considerandos. E, como tal, ficamos de facto muito na dúvida, principalmente neste aspeto. É que, se se confirmar que não há nenhum contrato que obrigasse a Câmara à construção seja do que for, então a autora ao litigar em sede de tribunal, naturalmente que acabaria por perder a própria ação, e não faria muito sentido estarmos na presença de uma indemnização, quando muito poderá fazer sentido a Câmara apoiar esta associação, com os trezentos ou lá quanto é que é, do montante que viéssemos a considerar, mas em sede de contencioso judicial, parece-nos que aqui assim, a autora terá imensas dificuldades em provar que algum contrato obrigue a Câmara seja a que for!” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Senhor deputado Domingos Costa, a proposta faz referência a isso. Há aqui um parágrafo na segunda página que evidencia que judicialmente, como há pouco disse, a ADERE invoca que havia o compromisso da parte da Câmara Municipal de fazer essa construção. E é uma das questões que se discute em tribunal! Não é por acaso, que a ação está pendente há mais de sete anos senhor deputado! Há controversa acerca disso! Mas independentemente disso, é bom notar que existem centenas de equipamentos desportivos construídos em Famalicão, que a Câmara não foi obrigada judicialmente a faze-lo! O que a Câmara vai fazer, é uma valência desportiva para a comunidade, não é para fins privados senhor deputado! Portanto, o equipamento que nós queremos ajudar a construir, é um

contributo para melhorar o desempenho, não é da associação, é da comunidade de Seide para benefício de todos. E portanto, o que está em causa como há pouco disse, não é pagar nem um tostão de indemnização, o que está em causa é assumir um compromisso de compartilhar a execução de tarefas a cargo da parte da ADERE, que consubstanciará numa melhoria muito significativa da resposta nomeadamente ao nível desportivo, lúdico e recreativo naquela zona. Mas é bom também notar que reforça isto que a ADERE invoca judicialmente essa questão!” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Podemos concluir senhor Presidente, que estamos na presença de algo que não é nada transparente, porque se a autora se arroga no direito de... terá que fazer prova. Em sede de tribunal, a nosso ver, tem que fazer prova. E a prova será sempre, a nosso ver, se calhar com base testemunhal e pouco mais do que isso. Não há nenhum contrato estabelecido, a prova testemunhal é algo que pode ser perfeitamente, de se ter em conta, se a Câmara naturalmente provar o contrário de que não havia nenhum contrato, nem oral, nem seja lá o que for, nem nenhum compromisso. Quando estamos na presença de uma situação deste género em que alguém se arroga, então estaríamos..., se isto vier mais e mais vezes aqui assim à Assembleia Municipal, não faltará quem se arrogue no direito de...” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Isto é uma espécie de declaração de voto, até porque vai no sentido contrário da anterior transação, e mais do que a questão contratual e a questão substantiva da coisa, é o fim a que se destina esta transação. Isto não vai engrossar os lucros, ou os benefícios de uma empresa privada de construção civil, isto vai beneficiar uma associação que certamente tem uma validade e uma utilidade social que o Bloco de Esquerda reconhece, até porque essa questão, quer dizer, a questão jurídica por exemplo da cedência gratuita, certamente não será difícil provar, até porque há o usufruto de facto do espaço, quer dizer, independentemente das questões jurídicas, eu penso que estamos numa sede completamente diferente do ponto anterior. E até porque daqui a pouco iremos apanhar um ponto onde também... quer dizer, hoje fala-se muito de dinheiro, mas há um ponto um pouco mais à frente, o ponto quatro ou cinco, ou coisa que o valha, onde se vê que, por exemplo, os benefícios fiscais de uma empresa poderão cifrar-se nos quatrocentos mil euros. Se com este ponto a Câmara

Municipal consegue resolver uma situação do qual poderemos dizer, quase todos beneficiamos, senão todos, daí a minha exposição.” -----

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – disse: -----

--- “Eu só vinha aqui um pouco tentar esclarecer a CDU, relativamente a esta matéria, de uma forma muito mais simples.-----

--- Foi dado um terreno a uma determinada associação que nesse terreno nada fez. Depois desse foi dado um outro terreno em que a Associação também nada fez. O primeiro terreno é junto aos Estudos Camilianos. Havia necessidade de dar um melhor enquadramento àquele edifício, àquela zona. Havia necessidade de dar uso e bom uso ao terreno que tinha sido dado para a construção do equipamento. Era necessário criar um equipamento para as populações. Era necessário ajudar a ADERE para que ela construísse esse mesmo equipamento! Foi isso que a Câmara fez! Saiu beneficiada a população por dois lados, um porque vai ter o equipamento no terreno que lhe estava destinado, por outro lado vai ter o enquadramento do edifício dos Estudos Camilianos, tal como era pretendido e tal como é necessário! Não me parece nada de complicado, independentemente de todo o processo burocrático ou jurídico que tenha havido!” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Senhor deputado, nós estamos suficientemente esclarecidos sobre esta questão, só que ela está colocada de maneira enfiusada! Ou seja, não estamos, como é evidente, não estamos contra o apoiar a associação com uma verba para a construção de valências desportivas, agora a forma como isto está, a nosso ver, é que ela é toda errada e, desde logo, convenhamos dizer o seguinte: quem deveria ter colocado, salvo seja, a associação em tribunal era a Câmara, porque não cumpriu com a primeira parte, certo? Nós estamos aqui a inverter o processo e isto tem que ser claro! Agora, não estamos contra a atribuição do subsídio da associação para a construção das suas valências, como é evidente não estamos, agora estamos contra é a forma como isto apareceu em sede de tribunal, que seria completamente desnecessário, a nosso ver, aliás é uma associação, ela própria sabe-se lá porque o fez, certamente para garantir o tal apoio que certamente a Câmara, e estamos sempre no certamente sempre nublado, que a Câmara não estaria com o à vontade de dar,

certamente porque houve conversas de corredor, de gabinete, etc., etc., etc.! Isto é que é errado e não é transparente e é contra isto que nós estamos!”-----

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – disse: -----

--- “Senhor deputado, a única diferença é que o senhor põe isto no âmbito das suspeições e no âmbito das negociatas. E o que eu tentei aqui dizer, é que o que a Câmara está a fazer, é em vez de estar a analisar se o problema nasceu e como nasceu, está a resolver o problema! E é isso que interessa aos famalicenses! Não tanto aquilo que se passou há dez, vinte anos atrás! O processo pode não ser o mais correto, mas já existiu o processo! E agora é preciso resolver o processo em favor dos famalicenses! Isso não é uma negociata, senhor deputado! Assim como e é similar ao ponto anterior! O que esta Câmara está a resolver é um problema que existe e, portanto, está a tentar resolve-lo de modo a que os famalicenses saiam favorecidos com esta solução!”-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Este acordo, esta transação que aqui está em cima da mesa, podia, por exemplo, ser uma desistência por parte da autora, com o compromisso da Câmara apoiar a autora no que diz respeito à construção e financiando a mesma pretensão que a autora queria, certo? Porque não o faz, não fez transação logo aqui assim, achamos que isto é errado! A desistência é que seria a forma ideal e a Câmara comprometer-se, isso sim, com o apoio à construção.”-----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Senhor Presidente, é só para não deixar a intervenção do senhor deputado do PSD sem um pequeno reparo. É que esta transação é muito diferente da transação anterior! Acho que isto importa vincar aqui, são duas realidades muito diferentes e por isso eu fiz aquele esclarecimento prévio à declaração de voto do grupo municipal, porque são situações completamente distintas.”-----

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – disse: -----

--- “A única coisa que eu quero dizer e já agora aproveito e respondo aos dois, relativamente à CDU, é que fica aqui expressa que a CDU condena a atitude da ADER e que se insurge perante a forma como a ADERE liderou o processo. Não será esta a nossa posição, mas fica vincada a posição da CDU. -----

--- Relativamente aos dois processos, os dois processos não são iguais, senhor deputado, eu não os comparei! Disse que tal como no processo anterior, o que esta Câmara se preocupou, foi em resolver o problema em favor dos famalicenses!” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, DECORRENTE DA TRANSAÇÃO QUE SE PRETENDE CELEBRAR NO ÂMBITO DA AÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM PROCESSO 1669/08.3 BEBRG, FICANDO A EFICÁCIA DOS ATOS REFERIDOS NOS PONTOS ANTERIORES CONDICIONADA A ESTA AUTORIZAÇÃO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E UM CONTRA.** -----

--- **TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CÓDIGO REGULAMENTAR DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO, ESPAÇO PÚBLICO E ATIVIDADES PRIVADAS, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – informou que deu entrada na Mesa uma proposta apresentada pelo grupo municipal da CDU -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Eu vou ler a proposta, porque a nosso ver, este código obriga-nos a detalhar bastante e a complexidade desta matéria de alguma forma faz com que o conjunto certamente dos restantes deputados e nós próprios certamente, não estaremos à altura para dissecar neste momento tudo isto!” -----

-- Fez a leitura de uma proposta que é do seguinte teor: -----

--- “A CDU – Coligação Democrática Unitária, PCP-PEV, tendo em conta a vasta e complexa matéria vertida na proposta acima mencionada e que exige um estudo pormenorizado e aturado do seu articulado, vem propor que a mesma baixe a uma comissão de trabalho e estudo nos termos e para os efeitos do art.º 27.º n.º 1 do Regimento.” -----

--- Esta proposta da CDU assenta no preceituado na al. d) do art.º 26 do Regimento. -----

--- Desde já, propõe-se que tal comissão deverá apresentar o relatório e as conclusões do seu trabalho no prazo de 90 dias e a referida comissão deverá reunir, pela primeira vez no dia 19 do corrente mês de outubro às 18.30 h, nas instalações desta Assembleia Municipal, constituindo a mesma todos os grupos municipais.”-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – disse:-----

--- “Senhor deputado, não mencionou na proposta o número de membros conforme estipula o regimento.”-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse do seu lugar:-----

--- “ Num total de nove membros.”-----

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – disse:-----

--- “O Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – alterado pelo D.L. n.º 136/2014, promoveu:-----

--- A simplificação dos procedimentos de controlo prévio através das comunicações prévias;

--- Criou a figura da legalização;-----

--- Reforçou da fiscalização sucessiva.-----

--- O Código Regulamentar da Urbanização e Edificação que aqui está em apreciação vem ajudar a definir:-----

--- Procedimentos;-----

--- Prazos;-----

--- Critérios que previnam as decisões discricionárias.-----

--- Vem também regulamentar, completar e balizar outra legislação, tal como, entre outras: -

--- A Lei do Alojamento Local;-----

--- O Licenciamento zero;-----

--- O Código do Procedimento Administrativo, por exemplo: a regulamentação dos requerimentos eletrónicos.-----

--- Vem também regulamentar outra legislação tal como a do funcionamento dos estabelecimentos.-----

--- A lei geral não impõe limite no horário de funcionamento de, por exemplo, Cafés e Bares.-----

--- Este código, por opção Municipal, vem estabelecer o princípio do “direito ao silencio” estabelecendo que estes estabelecimentos terão de encerrar às 2 da manhã. -----

--- Trata-se de um regulamento extenso subdividido em 6 cadernos: -----

--- I.- Princípios gerais e disposições comuns; -----

--- II.- Regulamenta a matéria de Urbanização, edificação, toponímia e numeração de edifícios; -----

--- III.- Versa sobre as utilizações do Domínio Publico e sobre o Licenciamento Zero;-----

--- IV.- Versa sobre o exercício de diversas atividades de iniciativa privada;-----

--- V.- Versa sobre a fiscalização e sanção de infrações; -----

--- VI.- Contem as disposições finais do documento.-----

--- Dada a tecnicidade da matéria em apreço restou ao Executivo definir as grandes linhas orientadoras:-----

--- Simplificação de procedimentos; -----

--- Contenção de prazos;-----

--- Transparência nas decisões; -----

--- Tornar o cidadão o centro das preocupações da administração.-----

--- Promoveu o executivo a necessária discussão pública que não alterou, no essencial, a proposta inicialmente apresentada.-----

--- Sinal desta concordância é a unanimidade subscrita por todos os vereadores municipais em sede de reunião de Câmara.-----

--- Trata-se de um documento evolutivo, que com o seu uso irá melhorar tenho a certeza, e o grupo municipal do P.S.D. subscreve-o na íntegra, não considerando necessário, pelas suas características do documento, que este baixe a uma comissão desta Assembleia. -----

--- A prática do dia-a-dia de utilização deste documento, vai levar-nos a fazer uma melhor verificação das suas normas, e estou certo que irá ser corrigido sempre que disso for necessário.”-----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Eu nem me fiz acompanhar do regulamento, porque ele é bem pesado! São mais de quatrocentos artigos! -----

--- Isto para dizer que acompanho a proposta do senhor deputado da CDU, até porque os “assessores jurídicos” do grupo municipal do Bloco de Esquerda nos últimos dias não estiveram disponíveis, e para reforçar que isto é um instrumento importantíssimo para o dia-a-dia dos famalicensenses. Portanto, isto vai ter uma repercussão na vida quotidiana de muitos de nós, significativa. Não só no nosso confronto com a administração local, mas na organização das nossas tarefas, das nossas funções, das nossas atividades económicas. Portanto é um instrumento de significativa importância e que eu penso que não seria despiciendo os eleitos locais poderem discuti-lo e aprofundá-lo com as possibilidades que uma comissão poderiam permitir.” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Defendemos de facto a nossa proposta para que baixe a comissão. De facto estamos na presença de uma matéria que para além de exigir um conhecimento mais profundo de um conjunto de clausulados que aqui estão propostos, obriga-nos desde logo, e assim muito pela rama, à interrogação de alguns aspetos. -----

--- Será que a cidade de Famalicão, a sua vida, mais poderá aumentar a sua vida com a chamada vida noturna?-----

--- Segunda questão: não será muito mais importante incrementar na cidade, mais e mais com iniciativas lúdicas, desportivas, culturais, o teatro ao ar livre, porventura o cinema em alturas próprias do verão ao ar livre, por forma a que a cidade tenha mais vida? -----

--- Estaremos naturalmente de acordo com que determinado número de estabelecimentos comerciais, designadamente no âmbito da restauração, um conjunto deles permaneçam mais algum tempo, mas isso não será forma de tornar a vida dos famalicensenses mais digna, até porque estando nós de acordo com um conjunto desse número de restaurantes, um conjunto deles que possam ficar abertos até mais tarde, já não estamos de acordo que isto seja estendido a todos, porque não temos quaisquer dúvidas que haverá muito mais que provavelmente um grande contencioso e litígio entre os munícipes e a própria Câmara. Não faltarão, infelizmente muitas e muitas situações de munícipes que vão precisar de se queixar devido aos ruídos, seja de automóveis, seja de pessoas a falar em voz alta. E na verdade e aqui está plasmado uma preocupação com a qual concordamos, que é de facto o direito ao sono, à paz e ao sossego, mas que esta questão de alargar para mais de cerca de duas horas

os próprios estabelecimentos comerciais, entre os quais toda a restauração, parece-nos impróprio.-----

--- Por outro lado, nós defendemos que toda a gente tenha um horário próprio e principalmente à noite, de facto à noite, é de verificar que algumas cidades, aqui na vizinha Espanha, por exemplo, os horários do trabalho começam logo de manhã, às seis da manhã, mas quando a noite entra, já praticamente ninguém anda na rua. A partir das oito horas, exceto aos fins-de-semana, a partir das oito horas, as pessoas recolhem aos seus domicílios para descanso. Portanto, este direito ao sono, à paz e ao sossego, parece-nos extremamente importante para toda a gente. Logo à partida, está-se a convidar e a permitir com que muita gente, sobretudo quem trabalha de manhã cedo, não faltará certamente muita gente que será atraída para a vida noturna, e que naturalmente no dia seguinte vão ter problemas no que diz respeito ao cumprimento do seu horário de trabalho, à organização do próprio trabalho, à produção do seu próprio trabalho, e porventura até aos defeitos que possam causar no decurso do próprio trabalho. Por isso é que pensamos que esta matéria é bastante complexa, independentemente de quem anuiu à mesma, pensamos que para a vida dos famalicenses é muito importante a discussão mais em pormenor de toda esta matéria.” -----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

---“Muito resumidamente só para dizer que o Partido Socialista vai votar favoravelmente a proposta. Também entendemos e aliás até fruto da intervenção do senhor deputado, António Meireles, realmente esta é uma proposta com uma matéria muito complexa, e há opções, e portanto se provavelmente existe o regulamento, existem algumas opções que se calhar deviam ser discutidas e analisadas. Portanto, votamos também favoravelmente a proposta da CDU, porque acho que não perdemos nada em poder analisar mais ao pormenor algumas situações, no fundo para poder melhorar aquilo que poderá ser a vida dos famalicenses, que é disto que se trata acima de tudo.” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, FOI A MESMA REJEITADA COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS CONTRA, QUINZE VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CÓDIGO REGULAMENTAR DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO, ESPAÇO PÚBLICO E**

ATIVIDADES PRIVADAS, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, UM CONTRA E TRÊS ABSTENÇÕES.-----

 --- **QUARTO PONTO – ANÁLISE E TOMADA DE CONHECIMENTO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL À ÁGUAS DO NORTE, S.A, PARA EFEITOS DO DECRETO-LEI N.º 93/2015, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA D)**-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. -----

--- **CARLA FARIA (PS)** – disse:-----

--- “O município de V. N. de Famalicão como o terceiro maior acionista da “Águas do Norte, SA” possui uma participação social de algum relevo e detém uma posição de conforto e peso institucional que permite beneficiar os famalicenses. Achamos que é realmente significativa ao contrário do que o senhor Presidente disse. Com o direito de exercer a opção de venda, o município está a permitir que as Águas do Norte controlem a exploração e gestão do Sistema multimunicipal em detrimento do serviço público, nomeadamente no agravamento nas tarifas do preço de água. -----

--- Apesar das inúmeras considerações e apreciações na proposta sobre a reestruturação do sector das águas e dos resíduos, para permitir a sustentabilidade económico-financeira, não conseguimos perceber a razão da venda, a razão da saída desta Câmara como acionista. E porque o abastecimento domiciliário de água é, indiscutivelmente, de interesse público municipal, melhor dizendo do maior interesse público municipal. Esperamos que o alegado exercício do direito de alienação das participações sociais desta Camara não seja também um passo para a privatização do sistema de abastecimento de água e saneamento em Famalicão. -----

--- Por outro lado, não conseguimos compreender, quando a Camara tem poder de gestão... quer sair e, quando não tem, quer mandar, quer intervir. Intervir na gestão do sistema público de ensino, no sistema público de saúde, no sistema de acessibilidades, etc.. Mas no

sistema público de abastecimento de água?!! Não quer!!! Que não sejam os Famalicensees a pagar com esta saída, ou seja, que não paguem ainda mais na fatura da água.-----

--- No entanto, quando nos debruçamos sobre as indemnizações que a Camara Municipal tem que efetuar, afinal até conseguimos alcançar a razão desta decisão: vender as ações que o nosso Município detém atualmente a troco de 3.879.900€. Afinal a tão afamada e publicitada saúde financeira que goza o município não está assim tão boa e a perspetiva é de ficar pior...(com os famoso buracos e sucessivas indemnizações) -----

--- Recordamos que o nosso Município é, neste momento, o terceiro maior acionista desta sociedade.-----

--- Acresce que a participação social tem um rendimento anual garantido! Este é, sem dúvida, um dos seus melhores ativos do nosso Município e a sua venda é um colossal erro estratégico.-----

--- Não podemos concordar com a proposta. -----

--- Achamos que a Camara Municipal deveria continuar como acionista pelos interesses dos Famalicensees.” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “ Nós pensamos, de facto que, e continuamos a defender que a água seja um bem público e, que portanto, o caminho para a sua privatização não deve de forma alguma ser traçado. É extremamente perigoso este traçado que estamos confrontados com a futura privatização da água. E, nesta medida, sentimo-nos na obrigação de fazer uma denúncia e que no que diz respeito a esta Câmara, ao comportamento da mesma, como bom discípulo e seguidor indefetível da política de direita prosseguida e intensificada por este governo de Passos Coelho e Portas, a maioria PSD/CDS na Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, igualmente aprovou no passado mês de Julho a venda da participação do município nas Águas do Noroeste que ascende a três milhões oitocentos e setenta e nove mil e novecentos euros, correspondente a 3 879 900 ações. -----

--- Ora, aquando do pedido de ratificação levado à Assembleia Municipal de V.N. de Famalicão relativo à integração das “Águas do Ave, S.A.” e “Águas do Cávado, S.A.” nas “Águas do Noroeste, S.A.” a posição da CDU foi muito clara quando, manifestando-se contrária, declarou que esse seria um dos passos no caminho para a privatização do sector de

águas e saneamento em detrimento do interesse público e das populações, intenção que a direita titubeantemente pretendeu rebater na altura. -----

--- Com o novo passo que a maioria PSD/CDS acaba de dar e que a imprensa local deu à estampa, independentemente de outros municípios se lhe anteciparem e/ou seguirem os mesmos passos, segundo o paradigma deste governo e de acordo com o Decreto-Lei nº 93/2015 de 29 de maio à luz do qual esta Câmara pretende justificar o seu intento, a criação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Norte de Portugal, bem como da sociedade “Águas do Norte, S.A.” mais não são do que o subterfúgio para, depois da concretização da alienação da participação dos municípios, usar do direito de alienação à AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A..-----

--- Ora, se a entrada dos municípios para os sistemas da Águas de Portugal foi em muitos casos feita numa ótica de preservação e valorização do serviço público para a qual aliás, muitas vezes, não havia outra opção senão a integração dos sistemas, os pretextos do governo para a aplicação da estratégia de aglutinação de sistemas sob invocação de economias de escala, harmonização dos preços e a sustentabilidade económico-financeira dos sistemas não passam de uma vergonhosa falácia que importa desmistificar. -----

--- A arrumação que este Governo pretende impor ao setor serve objetivamente o fim imediato da maximização e rentabilização financeira das estruturas existentes quer através da redução do número de trabalhadores quer através do aumento generalizado dos tarifários e preços dos serviços prestados às populações, ou seja, criar as condições de, no mais breve prazo, atingir o objetivo principal: o da privatização do setor, seja por via da pulverização da Águas de Portugal em bolsa, seja por via da concessão ou subconcessão dos sistemas e dos serviços. -----

--- Seria risível a afirmação pública do senhor Presidente da Câmara Municipal de que “entendo que a Câmara Municipal deve ser exigente perante quem nos presta o serviço e, portanto, acho que devemos reconduzir-nos à condição de clientes para termos mais legitimidade para exigirmos a boa prestação do serviço”, se esta afirmação, dada a gravidade que encerra, não atendesse num futuro próximo contra os legítimos interesses dos famalicenses em geral. -----

--- Na perspetiva da CDU a solução para o setor das águas não passa pela sua preparação para entrega aos privados, antes pela sua valorização enquanto serviço integralmente público, que faculta o acesso a um direito fundamental: o direito à água enquanto parte do direito à vida. -----

--- É com esta visão de serviço prestado às populações que a CDU torna desde já pública a sua inequívoca rejeição à intenção da maioria camarária em vender a participação do Município na Águas do Noroeste e alerta a população para a gravidade de tão acrítica quanto submissa decisão às orientações neoliberais do governo PSD/CDS-Passos/Portas que foram derrotados no passado dia 4 de Outubro e portanto é perfeitamente legítimo afirmar que a Câmara Municipal está contra os interesses dos famalicenses!” -----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Permitam-me que a *latter* desta discussão, enderece em nome do grupo municipal do PSD as felicitações à Câmara Municipal pelo facto do relatório da entidade reguladora dos serviços de água e resíduos, relatório relativo a 2014, ter considerado que a distribuição de água no nosso município é 100% segura. Dir-me-emos assim, é noutros municípios! Pois é, só é apenas mais um, que é o de Esposende, no caso concreto dois municípios do Minho podem exhibir esse resultado. -----

--- Senhor deputado Domingos Costa, uma mentira repetida mil vezes, será sempre uma mentira. Nós já tivemos este debate, mas vamos retomá-lo novamente. -----

--- O Governo nunca ponderou, nunca equacionou, nunca admitiu, nem nunca decidiu qualquer privatização da água! Ponto final parágrafo. -----

--- Por muito que o senhor invoque aqui a privatização de água, por muito que o senhor recorra à mentira, a mentira repetida mil vezes nunca será verdadeira! Nunca será verdadeira! -----

--- Senhor deputado, o que o Governo fez, foi uma coisa muito simples, o que o Governo fez foi a reestruturação do setor das águas e saneamento, com vista a conferir sustentabilidade ao setor que é aquilo que ele não tem, transformando dezanove empresas insustentáveis e agrupando-as em cinco empresas como bem sabe! O setor é insustentável, é um setor onde as tarifas não conseguem recuperar os custos inerentes à distribuição dessa mesma água como o senhor sabe, é um setor onde as perdas de água em muitos municípios do nosso país

atingem valores absolutamente inaceitáveis, felizmente não é o caso de V. N. de Famalicão, é um setor onde persistem e o senhor deputado não pode negar, disparidades graves entre aquilo que são as tarifas do interior e aquilo que são as tarifas do litoral. É um setor que carece de qualquer coisa como: três mil milhões de euros de investimento, que as atuais empresas não dispõem, que as Câmaras Municipais não têm, e que em termos de fundos comunitários apenas podemos aceder a qualquer coisa como seiscentos milhões dos três mil milhões de euros! -----

--- Senhor deputado, o senhor deputado fala aqui em privatização, eu vou-lhe fazer uma pergunta muito simples, repare bem, muito simples, quero ver o que é que o senhor vai explicar a esta Câmara, ou que resposta é que vai dar! Diz o senhor, que a Câmara Municipal com este processo, se prepara para conferir condições para a privatização da água e por essa via atentar contra os interesses dos famalicenses. Eu pergunto: o senhor deputado conhece uma empresa chamada Águas do Sado, S.A.? Conhece? Olhe, esta empresa Águas do Sado, S.A., é uma empresa detida por duas empresas com capital estrangeiro nomeadamente francês, nomeadamente espanhol e nomeadamente brasileiro, maioritariamente capital estrangeiro e são duas empresas, é a Aquapor Serviços com 60% e a AGS com 40%. São empresas 100% privadas! -----

--- Não me diz nada senhor deputado? Diz-me, então há de o senhor deputado explicar, por que é que esta empresa, foi esta empresa a quem a Câmara Municipal de Setúbal, presidida pelo Partido Comunista, atribuiu uma concessão de distribuição de água, de drenagem e de tratamento de águas residuais, pelo período de 25 anos! Explique lá essa contradição senhor deputado!” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Sem querer meter muita água, só gostaria de deixar aqui duas questões: uma singela, por que é que o documento que foi distribuído aos grupos municipais não vem acompanhado da declaração de voto apresentado pelo Partido Socialista na reunião do executivo? E a outra questão é perguntar ao município a quem, se já sabe, ou se se virá a saber, a quem é que pretende alienar estas ações?” -----

--- **CARLA FARIA (PS)** – disse:-----

--- “A água é um direito universal e o que às vezes me parece aqui, é que esta Câmara não está a considerar a água como algo estratégico, está a desvalorizá-la. -----

--- Queria lembrar também, que a tarifa de água em Famalicão é das mais caras e parece-me que com esta saída vai piorar ainda mais a situação. É mais uma vez tudo na base de um bocado de negócio, até a água passa a ser um negócio!”-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “É só para registar em ata a resposta que há pouco dei ao senhor deputado Paulo Costa.--

--- A venda projetada é às Águas do Norte. É o que resulta da lei. Portanto, a lei que operou a fusão que está aqui em apreço, estabelece exatamente que a prerrogativa dos municípios cederem a sua participação, estabelece as circunstâncias, as condições, e estabelece o cessionário, ou seja a entidade a quem é cedida a participação é à empresa pública de capitais exclusivamente públicos, chamada Águas do Norte.”-----

--- **DISCUTIDO O ASSUNTO, TOMOU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL CONHECIMENTO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL À ÁGUAS DO NORTE, S.A, PARA EFEITOS DO DECRETO-LEI N.º 93/2015, NOS TERMOS DA PROPOSTA.** -----

 --- **QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA A INSTALAÇÃO DA LOJA DO CIDADÃO DE V. N. DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Uma das questões que gostaríamos de ver clarificada, era se o senhor Presidente da Câmara nos poderia elucidar do local onde vai ser instalada a Loja do Cidadão, por um lado. E por outro lado, que serviço concreto na Loja do Cidadão, nesta primeira fase nos parece que será assim que vai ser instalado, e se porventura não é preocupante se, por exemplo, for instalado um serviço do género notarial, um serviço do género Segurança Social, se não é preocupante que este tipo de serviço venha a ocasionar um aligeirado serviço junto das atuais estruturas de um destes setores! Porque na verdade, parece-nos que uma Loja do

Cidadão tem sempre alguma coisa de inconveniente, e esta alguma coisa, designadamente a nosso ver é isto, é o esvaziar dos utentes nos outros serviços, o que provoca mais tarde ou mais cedo que estes mesmos serviços venham a ser encerrados, e para nós isto é uma preocupação dominante, porque naturalmente defendemos os postos de trabalho. Ou seja, se estamos perante uma situação que possa vir a ocasionar, se isto foi medido suficientemente, que possa ocasionar o esvaziamento de serviços, doutros serviços que porventura venham depois a encerrar.”-----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Eu só gostaria de deixar uma questão ao senhor Presidente da Câmara, posso fazer um ou outro considerando, nomeadamente por aquilo que nos foi dado a conhecer, os serviços da Segurança Social serão residuais, terá um funcionário e portanto não implicará, certamente o esvaziamento de outros serviços. Mas há uma questão prévia que não sei se ouvi mal, eu penso que o espaço inicialmente previsto, não está todo disponível, isto é, havia um proprietário, salvo erro aquela clínica que também está nesse espaço, mas pronto, isto é com toda a ignorância, eu só gostaria de tentar saber se realmente houve uma reequação do espaço que estava inicialmente previsto, ou se o projeto não sofreu nenhuma alteração, porque pelos vistos houve proprietários, nomeadamente essa clínica, que se viu na eminência de estar aí a contabilizar espaços para a utilização da loja do cidadão sem terem sido sequer previamente contratados.”-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “A área que está hoje e que resulta do contrato que aqui vimos trazer, corresponde à área que é necessária para o projeto, portanto nunca houve alteração, nunca houve nenhum problema relativamente à afetação. -----

--- O espaço comercial a que fez referência, nunca esteve equacionado integrar-se na área a disponibilizar para a Loja do Cidadão. E o espaço que está disponibilizado é um espaço que além de ser suficiente, tem uma folga que consideramos necessária para acautelar desenvolvimento dos serviços a prestar no futuro na Loja do Cidadão.” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA A INSTALAÇÃO DA LOJA DO CIDADÃO**

DE V. N. DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESENTA E UM VOTOS A FAVOR E UM VOTO CONTRA. -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – propôs, que tendo em conta que o ponto seis, sete, oito, nove, dez, onze e doze tinha basicamente o mesmo objeto abstrato, não depois nas propostas em concreto, mas como se tratava quase sempre de assunção de compromissos plurianuais, a discussão fosse feita em conjunto e a votação em separado.” -----

--- **Posta à votação a proposta da Mesa, foi a mesma aprovada por unanimidade.**-----

--- **SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 17.000,00 €, PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA N. SRA DE FÁTIMA, À UNIÃO DE FREGUESIAS DE V. N. DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

---“Mais que um apontamento é só um pequeno pormenor. -----

--- Logicamente vamos votar favoravelmente, nem se põe em questão isso, mas uma pergunta: estamos aqui a falar de verbas nalguns casos bastante reduzidas, apesar de importantes para as freguesias, por quê pagar em prestações? Porque é um compromisso plurianual? Ainda aqui num dos pontos anteriores a Câmara mostrou-nos que vai privatizar a sua participação nas águas, esta alienação representa um encaixe significativo, para terem ideia do valor, são quase pouco mais de metade do valor da Devesa, da negociata, é duas vezes quase a Talvai! Ou seja, para uma Câmara que se gaba de tão boa capacidade financeira, por quê não poder dar uma *tranche* de dezassete mil euros de uma só vez? Por quê ter de pagar em prestações? Não se compreende! Se calhar é exatamente por causa destas indemnizações que estamos aqui a falar e realmente a saúde financeira precisa de encaixe de dinheiro e não se pode pagar como se devia!” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “O que nós pensamos sobre estas propostas, é que elas a nosso ver, deveriam ser efetuados protocolos para a realização destas obras e para os apoios às mesmas, por forma a que também viesse a ser contemplado o financiamento em sede de orçamento. Como se sabe, estas obras não estão ainda lançadas e há aqui algumas das quais, ou a maior parte das quais, já se vem pedir uma espécie de reforço de verba! Para nós é algo que não entendemos isto! Como é que se vem pedir um reforço de verba, se a obra ainda nem sequer está lançada, nem sequer existe aqui algo que seja transparente para avaliarmos melhor da necessidade dessa verba que aqui é proposta às respetivas juntas de freguesia!”-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 17.000,00 €, PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA N. SRA DE FÁTIMA, À UNIÃO DE FREGUESIAS DE V. N. DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

--- **SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 15.000,00 € (QUINZE MIL EUROS), À FREGUESIA DE POUSADA DE SARAMAGOS, DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA EXECUÇÃO DO ALARGAMENTO E REPAVIMENTAÇÃO DA RUA DA CASTANHEIRA E RUA DAS CANCELAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 15.000,00 € (QUINZE MIL EUROS), À FREGUESIA DE POUSADA DE SARAMAGOS, DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA EXECUÇÃO DO ALARGAMENTO E REPAVIMENTAÇÃO DA RUA DA CASTANHEIRA E RUA DAS CANCELAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

--- **OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 25.000,00 € (VINTE E CINCO MIL EUROS), À FREGUESIA DE LANDIM, DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA CONSTRUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS NA RUA DO POÇO, RUA DA TAPADA E TRAVESSA DA TAPADA, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 25.000,00 € (VINTE E CINCO MIL EUROS), À FREGUESIA DE LANDIM, DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA CONSTRUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS NA RUA DO POÇO, RUA DA TAPADA E TRAVESSA DA TAPADA, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

--- **NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO FINANCEIRO, NO MONTANTE DE 40.000,00 € (QUARENTA MIL EUROS), AO GRUPO DESPORTIVO DA CARREIRA, TENDO EM VISTA A EXECUÇÃO DA 2.ª FASE DE OBRAS DE ACABAMENTO NA CONSTRUÇÃO DE BALNEÁRIOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO FINANCEIRO, NO MONTANTE DE 40.000,00 € (QUARENTA MIL EUROS), AO GRUPO DESPORTIVO DA CARREIRA, TENDO EM VISTA A EXECUÇÃO DA 2.ª FASE DE OBRAS DE ACABAMENTO NA CONSTRUÇÃO DE BALNEÁRIOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

--- **DÉCIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 31.000,00 € À UNIÃO DE FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ, PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO BARROCO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 31.000,00 € À UNIÃO DE FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ, PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO BARROCO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

--- **DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 190.000,00 € À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA JUVENTUDE DE MOUQUIM, PARA OBRAS DE MELHORAMENTO E COLOCAÇÃO DE PISO SINTÉTICO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 190.000,00 € À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA JUVENTUDE DE MOUQUIM, PARA OBRAS DE MELHORAMENTO E COLOCAÇÃO DE PISO SINTÉTICO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA COM CINQUENTA E OITO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.** -----

--- **DÉCIMO SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE**

COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS DIVERSOS RAMOS DE ATIVIDADE, POR UM PERÍODO CONTRATUAL DE 6 MESES, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 190.000,00 €, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS DIVERSOS RAMOS DE ATIVIDADE, POR UM PERÍODO CONTRATUAL DE 6 MESES, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 190.000,00 €, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA COM SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.** -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – fez a seguinte declaração de voto: -----

--- “O sentido da nossa votação de abstenção tem a ver com um conjunto de dúvidas que aqui de facto estão muito plasmadas, digamos assim, porque refere-se aqui na contratação de serviços de seguros e elenca-se um conjunto deles relacionados com acidentes de trabalho, etc., etc., e depois mais à frente, é referido na alínea a) que se trata da execução de trabalho não subordinado. -----

--- Ora bem, se estes seguros tem a ver com a execução de trabalho não subordinado, para nós não faz nenhum sentido, porque não é trabalho os acidentes pessoais voluntários! Pode-se fazer um seguro de acidentes pessoais, mas se estas pessoas estão aqui a fazer o chamado trabalho voluntário e não é considerado trabalho, porque é voluntarismo, também não faz sentido haver um seguro de acidentes de trabalho para esta gente, mas sim seguros de acidentes pessoais. Portanto, se não há um vínculo laboral, não faz qualquer sentido existir um seguro de trabalho, até porque, a ele existir, a nosso ver, caso haja algum sinistro, o seguro não vai cobrir o voluntariado.” -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – disse:-----

--- Senhores deputados, efetivamente a Mesa dá a mão à palmatória, porque houve aqui um lapso, que seria entre o sexto e o décimo primeiro ponto, tendo em conta que o objeto do décimo segundo ponto, é diferente. Contudo, é impossível retificar, porque a Mesa pôs à votação e os senhores deputados assim aprovaram.-----

--- Existe também uma nova junção que o grupo municipal do PSD propõe que seria entre o ponto décimo terceiro e o décimo sexto, atendendo que a natureza do assunto é idêntica. ----

--- ***Posta à votação a referida proposta, foi aprovado por unanimidade a discussão em conjunto e a votação em separado.***-----

--- **DÉCIMO TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE UM APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA SOCIEDADE ÂNGELA SÁ FERNANDES, LDA, PESSOA COLETIVA N.º 513105689, NA FREGUESIA DE LOUSADO, DESTE CONCELHO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Mas sempre diríamos neste ponto da ordem de trabalhos o seguinte: não é certamente este o estímulo necessário para o investimento, a nosso ver, até porque a criação de postos de trabalho como todos nós sabemos, é em primeiro lugar do interesse da empresa que o faz para obter lucro. Em primeiro lugar é disso que se trata, sabemos muito bem que é disso que se trata, é com a obtenção do lucro que as empresas gerem o que pretendem e a forma de o fazer é naturalmente, tem que ter trabalhadores para explorar o trabalhador para ter lucro. É disso que se trata. A questão que se coloca a seguir da atração desse mesmo investimento, a nosso ver, há uma discrepância logo à partida, se nós quisermos ser minimamente razoáveis e justos, logo verificamos uma enorme discrepância para quem cria um posto de trabalho fica isento de IMI durante cinco anos em cerca de oitocentos euros é a sua isenção, num investimento que faz creio que em trezentos e cinquenta mil euros, enquanto, por exemplo uma outra empresa Vieira de Castro que apenas cria cinco postos de trabalho e fica isento de IMI durante cinco anos, ficando isento em praticamente em quarenta mil euros! Isto é uma

discrepância enorme! Ou seja, constrói um grande pavilhão, ficam isentos de IMI, criam apenas cinco postos de trabalho e isto é de facto um bom negócio, sem dúvida nenhuma, enquanto que um outro empresário, que apenas cria um posto de trabalho, é beneficiado ou é contemplado com uma isenção de IMI muito pouco significativa! Já, por exemplo, se compararmos a Vieira de Castro com a empresa que cria trezentos postos de trabalho, até aqui há uma grande discrepância, a Vieira de Castro cria cinco postos de trabalho e faz um investimento, cremos nós, na ordem dos quatro milhões de euros, ou seja, o pavilhão que vai construir, segundo a Vieira de Castro, custará cerca de quatro milhões de euros, ora esta empresa que cria trezentos postos de trabalho aplica um investimento ligeiramente acima do dobro e fica isenta de IMI acima do dobro da Vieira de Castro! Há aqui também uma grande discrepância tendo em conta os trezentos postos de trabalho que de facto cria, e é uma perfeita injustiça dar-se a uns algo para o qual na verdade não se pode dizer outra coisa senão um mero oportunismo no que diz respeito ao dito investimento. A Vieira de Castro, concretamente, esta dá-se de caras com isto com muita facilidade! Não faz qualquer sentido, é uma opção errada, a nosso ver, querer dar a certas empresas sem mais, esta isenção, apenas e só, porque cria cinco postos de trabalho e com a aplicação ou com a construção de um pavilhão que fica isento de IMI durante cinco anos. A nosso ver, isto é uma estratégia completamente errada contra a qual nós estamos.” -----

--- **ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Como é óbvio o grupo municipal do PSD apoia veementemente e com convicção, não só estas medidas que estamos aqui a discutir, mas todas aquelas que pretendam ajudar e colaborar a trazer mais investimento para o concelho, a trazer mais riqueza para o concelho, porque sem investimento e sem riqueza não há distribuição e não há justiça social. -----

--- Como é óbvio, esta é uma opção política como podiam ser tomadas outras, mas é algo que se faz por Famalicão e é com orgulho que hoje nós notamos Famalicão falado não só a nível nacional, como a nível internacional. E são pequenos gestos e pequenas atitudes como esta, que fazem aquilo que a nossa terra é hoje, uma terra empreendedora.-----

--- É óbvio que não comungo minimamente da posição radical que aqui foi transmitida pelo meu antecessor. Vivemos em mundos diferentes! A não ser que me tenha enganado, eu pareceu-me decorrer até das suas palavras, que era contra a criação de postos de trabalho,

porque ia permitir a criação de riqueza! Poderei estar enganado! Poderei estar enganado! O que interessa aqui, meus amigos e meus senhores, é de facto estarmos em polos totalmente diferentes, nós entendemos que na verdade a criação de riqueza, a criação de postos de trabalho compete à sociedade civil e à iniciativa privada, mas compete a todas as entidades públicas colaborarem, incentivarem, criarem as condições para que essa riqueza se crie. Por isso o PSD vai votar favoravelmente esta medida e entende que é uma medida que é boa e deverá ser seguida por muitos e muitos anos.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Estas são isenções fiscais da ordem de quase meio milhão de euros. Só para ficarmos com este número. -----

--- O senhor Presidente há pouco referia que isto não é um apoio à empresa, mas senhor Presidente, quem vai agradecer é o capitalista e não quero entrar aqui num discurso maniqueísta e anticapitalista simplista, mas convenhamos, quer dizer, os salários aumentaram? As regalias dos trabalhadores têm sido substancialmente acrescidas? Não! Convenhamos que há esta natureza das coisas à qual não poderemos fugir, é da ordem da sociedade capitalista com quem muita gente concorda, há outros que tentam superá-la, não sabemos bem para onde, mas pelo menos tentamos reformulá-la. -----

--- E este apontamento em relação ao montante, só para recordar a anterior sessão da Assembleia Municipal, onde se discutiu aqui também isenções fiscais relativamente à propriedade, e aqui poderíamos até dum jeito mais ou menos propagandista, recordar que aquela questão do IMI do filho único, tem um montante mais ou menos idêntico ao valor agora com estas isenções de cerca de meio milhão de euros. Portanto, são mesmo questões de opção política, quer dizer, quando o município decide não isentar, ou não bonificar a tributação de IMI de famílias que só têm um descendente, e decide isentar empresas, louvavelmente, nada contra o incentivo à criação de postos de trabalho, à criação de riqueza, à criação de produto, etc., etc., nada contra, mas todos nós sabemos que a maior parte das empresas, para além de dividirem de forma desigual os seus proveitos e sempre muito prontas a solicitar apoios públicos, não estão assim tão prontas a dividirem os seus proveitos, não é? Comparando com a outra questão, quer dizer, são opções políticas e que revelam, quer queiramos, quer não, opções ideológicas que é importante registar.” -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Pois não somos não senhor, senhor deputado! Não somos contra a criação dos postos de trabalho, pelo contrário, o PSD e o CDS é que é, e tem-nos destruído e a política que tem feito tem permitido a imigração de muita gente para fora do país. Portanto não é a CDU que propala essas ideias! Somos a favor da criação de riqueza nacional, somos a favor da criação de postos de trabalho, mas o que está aqui é muito diferente, completamente diferente! É um oportunismo claro e que a Câmara Municipal é cúmplice neste oportunismo, porque é uma desigualdade radical, completamente radical! Não se percebe, como é que uma determinada pessoa faz um investimento de cerca de quatro milhões de euros e cria apenas cinco postos de trabalho, e um munícipe ou que não seja munícipe, cria um posto de trabalho e é prejudicado, melhor dizendo, há uma discrepância muito grande! Aliás, como eu disse há pouco, e penso que de facto é de frisar este outro exemplo, repare-se bem na discrepância, uma empresa que cria trezentos postos de trabalho é aqui beneficiada apenas no dobro do Vieira de Castro! Mas isto cabe na cabeça de alguém! Isto é que é uma injustiça radical! Completamente! E este critério que a Câmara adotou é que está completamente errado de base! Por outro lado, os trabalhadores no seu trabalho, são quem dá riqueza às empresas, são eles que contribuem para a riqueza das empresas e as empresas não precisam de esmolas!”--

--- **CARLOS CARVALHO (CDS-PP)** – disse:-----

--- “Confesso que não vinha preparado para intervir. Sempre pensei que fosse unanime este ponto, sempre pensei que todos estivéssemos do mesmo lado a apoiar esta iniciativa da Câmara que com isto atrai mais investimento, que com isto cria postos de trabalho e com isto traz tecnologia para Famalicão, que com isto traz mais *know how* para Famalicão, com isto traz um investimento, todo junto, agregado na ordem dos dez milhões de euros, numa altura em que todos nós sabemos que o investimento escasseia e que os municípios se digladiam por ter investimento. E, nesse sentido, confesso que não estava preparado para vir falar, mas, eis senão quando, sou surpreendido pela posição do Partido Comunista, que tanto quanto eu percebi, quando se emprega um trabalhador está-se a explorar, portanto, a solução para o Partido Comunista é não empregar ninguém, é não criar emprego, porque o emprego por si só cria exploração! Mas não, o emprego cria realização pessoal, o emprego cria riqueza, o emprego cria consumo, o emprego cria condições para as pessoas ficarem em

Famalicão e a criação de emprego faz com que as pessoas venham morar para Famalicão e isso é um valor acrescentado que nasce e deriva desta atração de investimento. -----

--- Para além disso, vejo o Partido Comunista e saúdo, a defender os interesses dos empresários. Pela primeira vez vimos o Partido Comunista a defender o empresário que ficará putativamente lesado quando comparado com outros empresários. Saúdo a evolução do PCP. Já estava na altura de termos mais um partido a defender o investimento e a defender a iniciativa privada. -----

--- Lembro também que temos aqui um conjunto de investimentos de alguma forma díspares, uns criam um posto de trabalho, será um projeto de empreendedorismo que é bom trazer para Famalicão. Outros são mais capital intensivo, outros são de mais de mão-de-obra intensiva. Quer um, quer outro, são extremamente importantes. Os que são baseados em mais mão-de-obra intensiva, são importantes porque criam emprego, os de capital intensivo criam acima de tudo capacidade produtiva para o futuro, e é nisso que nós temos que apostar, é apostar em empresas que para além de empregarem muita gente, trazem capacidade, trazem *know-how*, porque doutra forma se não fosse o capital, nesta altura nós não teríamos investimento, não teríamos *know-how* e, provavelmente nesta altura nem sequer teríamos oportunidade de ter fotocópias, porque estaríamos a defender o emprego e nesta altura teríamos se calhar copistas, em vez de termos uma máquina que fotocopie e que traz mais bem-estar para toda a gente, teríamos copistas. Não teríamos computadores, ainda estaríamos todos na idade da pedra, porque toda a gente sabe que um computador tira lugar a muita gente, mas torna-nos mais eficientes, torna-nos mais competitivos e é nesta batalha de futuro que nós nos associamos a isto e votamos certamente favoravelmente a este apoio, que confesso, até é pequeno, dado o impacto que isto traz para Famalicão, acaba por ser um investimento barato e de salutar. Espero que entretanto venham muitos outros neste sentido.”-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE UM APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA SOCIEDADE ÂNGELA SÁ FERNANDES, LDA, PESSOA COLETIVA N.º 513105689, NA FREGUESIA DE LOUSADO, DESTE CONCELHO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA**

APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, UM CONTRA E UMA ABSTENÇÃO. -----

--- **DÉCIMO QUARTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE UM APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA SOCIEDADE VIEIRA DE CASTRO – PRODUTOS ALIMENTARES, S. A., PESSOA COLETIVA N.º 500298882, NA FREGUESIA DE GAVIÃO, DESTE CONCELHO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE UM APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA SOCIEDADE VIEIRA DE CASTRO – PRODUTOS ALIMENTARES, S. A., PESSOA COLETIVA N.º 500298882, NA FREGUESIA DE GAVIÃO, DESTE CONCELHO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, UM CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.**-----

--- **DÉCIMO QUINTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE UM APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA SOCIEDADE ARGACOL – TINTAS E VERNIZES, S.A., PESSOA COLETIVA N.º 501115099, NA FREGUESIA DE RIBEIRÃO, DESTE CONCELHO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE UM APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA SOCIEDADE ARGACOL – TINTAS E VERNIZES, S.A., PESSOA COLETIVA N.º 501115099, NA FREGUESIA DE RIBEIRÃO, DESTE CONCELHO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, UM CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.**-----

 --- **DÉCIMO SEXTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE UM APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA SOCIEDADE MANUEL FERNANDO AZEVEDO, SA, PESSOA COLETIVA N.º 500995931, NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AVIDOS E LAGOA, DESTE CONCELHO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE UM APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA SOCIEDADE MANUEL FERNANDO AZEVEDO, SA, PESSOA COLETIVA N.º 500995931, NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AVIDOS E LAGOA, DESTE CONCELHO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, UM CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.** -----

 --- **DÉCIMO SÉTIMO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2015 E RECRUTAMENTO NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. -----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

--- “Senhor Presidente, só um pequenino apontamento. Acho que era importante para o futuro desta Assembleia e de todos os seus membros, sabermos depois no futuro quanto é que vai representar, quais é que vão ser os encargos com estes noventa e um funcionários a nível de encargos com o pessoal, para todos podermos fazer a avaliação correta no futuro e estarmos totalmente esclarecidos.”-----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Defendendo e como sempre defendemos a criação de postos de trabalho, não prescindimos no entanto de considerar o seguinte: -----

--- A primeira questão é que é lamentável que se chegue aqui e que no âmbito da função pública, o Governo PSD-CDS não tenha tido em conta as necessidades das escolas no que diz respeito, naturalmente, à criação de um conjunto de postos de trabalho tão necessários para a prossecução e segurança dos alunos e apoios aos mesmos e aos próprios professores. Por outro lado, é profundamente lamentável, sem dúvida nenhuma, que tenha que ser o município a despender verbas para vir a contratualizar estes funcionários, quando essa responsabilidade devia ser toda inteirinha do Governo, porque nós continuamos a defender a escola pública e todo este processo, a nosso ver, está inquinado desde o início. Na verdade, não faz qualquer sentido ser o município a despender de verbas, quando devia ser o Estado, devia ser o Governo a fazê-lo. É da responsabilidade nacional.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Senhores deputados Paulo Pinto e Domingos Costa, não se recordam com certeza do contrato interadministrativo que foi assinado na sequência do contrato que subscrevemos e que foi aprovado pelos órgãos municipais, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, está previsto e era uma condição imprescindível para a Câmara Municipal que fosse possível fazer-se um reforço do pessoal não docente nas escolas. O que ficou convencionado foi a quantidade de colaboradores que poderiam ser contratados para esse efeito. Nós estamos a cumprir o que resulta do contrato interadministrativo. O que é que isto quer dizer senhores deputados? É uma coisa muito simples: enquanto o município tiver esta responsabilidade, estes noventa e um colaboradores à semelhança de quatrocentos e não sei quantos que já estão nas escolas, são colaboradores do município, têm vínculo com a Câmara Municipal. Se algum dia acontecer que o processo regresse, e isso pode acontecer como sabemos, o contrato é outorgado por quatro anos, o que vai acontecer é que estes noventa e um à semelhança dos outros quatrocentos e tal, passam a ter vínculo com o Ministério da Educação. Muito simples. -----

--- Ponto dois, senhores deputados, também não se recordam e vou relembrar-vos, os encargos totais, senhores deputados, totais, com a remuneração destas pessoas, são transferidos do orçamento do Estado. “-----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

--- Senhor Presidente, certamente não me compreendeu bem! Eu não pus em causa nada disso! Eu só disse que gostaríamos de saber, como deputados municipais, qual é o valor que depois vai ser transferido do orçamento de Estado, que é para quando chegarmos aqui para analisar o orçamento para 2016, e quando formos ver os custos com pessoal, sabermos qual é a parte que representa esses noventa e um! Simplesmente isso! Não pus mais nada em causa! É a única coisa que espero quando chegarmos aqui para discutir o orçamento para 2016, o senhor Presidente nos possa dizer qual é a parte correspondente.”-----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Corroborando desta declaração do Partido Socialista, de facto nós não temos aqui nenhum orçamento da Câmara Municipal, não temos ainda certezas em relação ao Orçamento Geral do Estado, ele ainda está por fazer, e portanto ficamos a aguardar novidades em breve, para ver se de facto tal há de ser transferido ou não!”-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2015 E RECRUTAMENTO NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.**-----

--- **DÉCIMO OITAVO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** --

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “São dúvidas senhores deputados, são dúvidas! E a dúvida essencial é esta: não é referido aqui que tipo de técnico superior se pretende contratar! Em que área, se é na área da comunicação social, se é da contabilidade, se é do serviço social ou da engenharia, gostaríamos de saber em qual das áreas é que se pretende contratar este técnico superior!” --

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Senhor deputado Domingos Costa, só para procurar ajudá-lo a esclarecer. Como resulta da proposta, é uma pessoa licenciada em psicologia. Acresce senhor deputado que não é uma contratação, é uma renovação de autorização de recrutamento. Portanto, o que está em causa é renovar uma autorização que este órgão já concedeu oportunamente. Está aqui, primeiro parágrafo da proposta senhor deputado, em fevereiro de 2014 este órgão autorizou a abertura deste procedimento, vimos agora requerer a renovação de autorização, só!” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

--- **DÉCIMO NONO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO SNACK-BAR INSTALADO NO COMPLEXO DESPORTIVO E RECREATIVO DA CIDADE DE V. N. DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)**----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “O que nós queríamos ver aqui esclarecido é tão só o seguinte: relativamente a este problema criado à volta deste Snack-bar das piscinas, que não deu pelos vistos, não surtiu efeito na prossecução da sua continuação de abertura e serviço, chegados a este ponto e tendo em conta a verba que é aqui sinalizada como sendo de trinta e oito mil euros que a proprietária pretende ver-se ressarcida aquando do novo contrato que vier a ser efetuado com essa ou com outra pessoa, parece-nos claro uma coisa que é, ela pede digamos a indemnização, salvo seja, ela pede que seja ressarcida relativamente à compra das máquinas e que a Câmara diz que estão em estado novo. Ora bem, o que queremos saber é que máquinas são estas, ou melhor dizendo, como é que se procedeu à avaliação destas máquinas para se chegar a este número?”-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Senhor deputado, a avaliação é a avaliação técnica, foi feita por pessoas que conhecem as existências que estão neste estabelecimento comercial, que viram o seu estado de conservação, que procuraram arbitrar um valor comercial para os mesmos, e foi esse relatório que foi enviado à Câmara Municipal, e com base nesse relatório a Câmara Municipal deu por assente esse aspeto, e é legítimo do mais elementar direito de quem fez o investimento que seja ressarcido pelo investimento feito, caso o Snack-bar venha a ser entregue a uma outra pessoa que não ela. Se ela concorreu ou não a gente não sabe o que vai acontecer, será aberto um concurso, à semelhança do que já fizemos, noutras circunstâncias, senhor deputado, ainda recentemente, há pouco mais de um ano, veio a este órgão uma proposta análoga a esta relativamente a um outro estabelecimento comercial da cidade.” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO SNACK-BAR INSTALADO NO COMPLEXO DESPORTIVO E RECREATIVO DA CIDADE DE V. N. DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

--- **VIGÉSIMO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO URBANO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO URBANO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** ----

--- **VIGÉSIMO PRIMEIRO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PSD E CDS-PP PARA A REALIZAÇÃO DE UMA SESSÃO SOLENE, NO**

DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2015, EVOCATIVA DAS COMEMORAÇÕES DOS 40 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **RAQUEL PINTO (CDS-PP)** disse: -----

--- “No dia 25 de Novembro é comemorada a data em que foi instalada a Democracia em Portugal. No período de 11 de Março, até ao 25 de Novembro de 1975, viveu-se um período particularmente difícil. Um grupo restrito de portugueses, insistiam em levar a cabo o PREC, programa revolucionário em curso, processo este, que ia contra tudo aquilo que haveria sido ditado pelo povo, em eleições.-----

--- A 25 de Novembro de 1975 o grupo dos 9, denominado pelo grupo dos moderados, evitou uma guerra civil, evitando que o país caísse numa ditadura comunista, levando assim Portugal para o caminho da liberdade de expressão, tornando o país num estado de direito.--

--- O Verão de 75, foi apelidado de Verão Quente pois a força militar que conduziu ao Abril de 74 estaria mais uma vez a ser usada para expressar uma vontade, mas desta vez não de uma maioria, mas sim de um pequeno grupo que não satisfeito com os resultados eleitorais quis impor por meio da força a sua vontade a Portugal, preparava-se para que desta vez não assistíssemos a uma revolução pacífica mas antes à imposição de alguns sobre a vontade democraticamente expressa pelo povo. -----

--- Nessa mesma altura em Famalicão, um movimento que começou por ser, apenas, uma manifestação dos trabalhadores da têxtil Manuel Gonçalves, pela volta do patrão aos comandos da empresa, deu lugar a um terrível confronto entre populares e o MFA, Movimento das Forças Armadas. Deste confronto resultou a morte de Laurentino de Carvalho e Luís Barroso. Estes dois jovens foram mortos frente à antiga sede do Partido Comunista, foram assim, reféns de uma política que não tinham validado, e na qual se sentiam injustiçados por não terem a liberdade, pela qual pugnaram no 25 de Abril. -----

--- Esta sessão deve ter como principal objetivo, homenagear todos aqueles que estiveram presentes nestes momentos, comemorar a democracia tal como a conhecemos, que nos dá a liberdade de escolha. Escolha esta, que através do nosso voto, através daquilo em que acreditamos, através daquilo que pensamos, dar o melhor ao nosso país! Porque em Portugal são os Portugueses quem decide, não um grupo organizado, que não tendo sido validado em urnas, quer governar a nação. -----

--- É por este motivo que o Grupo Municipal do CDS vem por este meio reconhecer a importância do 25 de Novembro, no desenvolvimento do país, na democratização das instituições, no estabelecimento dos direitos, liberdades e garantias.”-----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Alguém disse aqui que um conjunto de mentiras continua a ser uma mentira, e aquilo que acabamos de ouvir é de facto uma grande mentira. -----

--- De facto não foram, nem de perto, nem de longe, quem fez greve na Têxtil Manuel Gonçalves, o caso dos 17, que deram início a isto! Foi de facto a reacção, foi de facto gente ligada à direita e à extrema-direita! Foi assim que tudo começou. E tudo começou de facto, não só aqui no assalto à sede do centro de trabalho do PCP, como noutros pontos deste distrito e até do país. A democracia não se compadece com este tipo de situações que deram origem a esta bandidagem, que não tem outro nome, com o que mais pretendia era aniquilar a democracia, o que não conseguiu nem com o 25 de novembro! Nem com o 25 de novembro! Mas de facto o 25 de novembro não começa no 25 de Abril, começa exactamente como disse, na altura do verão quente, em que toda a reacção se junta e antes de vir à sede do PCP, vem aos escritórios de alguns advogados democratas, inclusivamente ao Dr. Lino Lima, fazer o assalto, o que nos compete dizer, é uma grande condenação desses atos de gente ligada à direita de então, à direita, alguns dos quais ainda estão aí vivos e estão muito arrependidos. -----

--- Quanto à lamentável morte de uma das pessoas, para dizer que saibamos, a família dessa pessoa que conhece bem os meandros em que isso aconteceu, nunca, mas nunca se dirigiu à sede do PCP, fosse para o que fosse, no sentido de porventura querer com esse gesto criticar-nos, condenar-nos seja no que for. É bom que se diga, não temos qualquer responsabilidade, pelo contrário, foi a direita em Famalicão, concretamente em Famalicão, que assumiu essa perseguição clara aos comunistas, concretamente aos comunistas, mas não só aos comunistas. -----

--- Sobre esta questão que entendemos ser nem mais nem menos do que uma provocação e que não colhe, como se diz na proposta, qualquer tipo de unanimidade seja onde for, sempre diremos que na verdade ela está colocada e, portanto, esta Assembleia Municipal, vai

certamente promover uma sessão solene para evocar o 25 de novembro contra a nossa vontade. -----

--- O eleito da CDU votará naturalmente contra, e já foi isto dito na Comissão Permanente de Apoio à Mesa, como também iremos estar ausentes se essa sessão for por diante. Não ficaremos indiferentes à sessão sob o ponto de vista da sua realização, mas desde já diremos que iremos ausentar, não iremos pôr aqui os pés na sessão, caso ela venha a realizar-se, ficam já a saber isto! -----

--- Nesta questão que nos traz aqui e que a direita, o PSD e o CDS-PP, fez questão de o fazer, que é aliás muito estranho, mesmo muito estranho, já sabemos que eventualmente eu irei votar sozinho. Mas não será isso que nos demoverá e que me demoverá, de nos continuarmos a bater contra a reescrita, a deturpação e manipulação da própria História.-----

--- De facto o 25 de Novembro, cuja estória completa está ainda por fazer, foi um golpe militar inserido no processo contrarrevolucionário, que teve como objetivos liquidar os avanços e as conquistas revolucionárias que o povo português estava a impor, travar o tempo luminoso que então se vivia, de participação popular, de melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da generalidade do nosso povo, e visava ainda o 25 de novembro impedir a evolução do processo revolucionário na direção de uma sociedade socialista. -----

--- A sua estória está ainda por fazer, mas sabemos que a sua preparação começou muito antes das insubordinações e sublevações militares do verão quente e de outubro e novembro de 1975. -----

--- Desafiamos que leiam por exemplo, Gomes Mota, Melo Antunes, Vasco Lourenço, Jaime Neves, todos eles protagonistas do Golpe, para se ficar a saber como militares e civis, preocupados com o rumo genuinamente democrático e progressista do processo revolucionário, urdiram, na surdina, a trama que levaria ao golpe militar do 25 de novembro.

--- Como colocaram os seus homens de mão nos postos chave, como estabelecerem um complexo enredo de alianças até contraditórias. -----

--- E nesta situação queremos afirmar na verdade que este golpe que foi falhado e o rol de malfeitorias que, desde 1976 até hoje, de braço dado infelizmente com o PS, que vem sendo dado pela direita, pelo PSD e CDS-PP, e que têm imposto desde então ao povo português o empobrecimento do país, limitações à liberdade em muitos campos. Nós reafirmamos

estamos contra o agendamento desta proposta que é colocada pelo PSD/CDS. Pensamos que de facto muita estória irá dizer ao longo de muitos anos que se nos afiguram pela frente.” ---

---**DOMINGOS PEIXOTO (PS)** – disse:-----

--- “Quem veio da ditadura para a democracia, com consciência da dureza da vida naquele regime, servindo a Nação contra os chamados terroristas nas ex colónias - muitos ingenuamente, por falta de instrução ou formação que os tiranos potenciavam, não se terão apercebido que combatiam os povos seus irmãos colonizados -, ou passado pelas mãos ensanguentadas dos legionários, pides e suas masmorras, sabem bem quanto custou e custa a liberdade! -----

--- E sabem, senhor Presidente, eles e todos os bem formados e de consciência limpa que nasceram na 3ª república, que a liberdade e com ela a democracia, se devem, primeiro a um reduzido número de democratas, que travou uma luta política e às vezes armada desigual com os ditadores, sendo alguns mortos e outros várias vezes presos, torturados e deportados ou exilados; segundo a um punhado de jovens militares bem esclarecidos - por ventura inicialmente por questões de classe -, que puseram as suas vidas e segurança em perigo, levando por diante o golpe militar do 25 de abril que depôs o regime ditatorial de 48 negros anos; e em terceiro o povo de todo o país que mal soube do que se tratava saiu às ruas e, quem sabe, tornou irreversível a queda do regime que não poucos achavam impossível!-----

--- O senhor Presidente sabe que as pessoas como eu e vossa excelência, que têm opinião publicada, recorrem muitas vezes a trechos da história para adornar o assunto. Porém não fazemos a história nem, muito menos, por mais que queiramos a reescrevemos! -----

--- Assim, senhor Presidente, senhoras e senhores deputados devemos ter sempre, mas mesmo sempre, presente que o engrandecimento da Nação e a consolidação da democracia tiveram o seu ponto alto no 25 de abril/74, seguido de outras datas e ações a saber: -----

--- Barragem à “maioria silenciosa” do 28 de setembro/74; -----

--- Contenção do golpe spinolista do 11 de março/75; -----

--- As mortes, violência e destruição levadas a cabo pelos ELP, MDLP, BR e FP25; -----

--- E o 25 de novembro, com todas as suas contradições ainda não completamente esclarecidas pela história, uma das quais é, sem dúvida, a de que naquele dia se quis aniquilar certas forças políticas que há dias receberam um milhão de votos dos portugueses.

--- Julgo saber que o senhor Presidente em título, pugna para que a data do 25 de abril seja secundarizada pelo 25 de novembro. É uma opção pessoal e política, respeitável no plano da liberdade que, aliás, só Abril trouxe mas que, no entanto, não tem acolhimento na esmagadora maioria do povo português e na história!-----

--- O PS votará contra esta tentativa de subversão da história.”-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – disse:-----

--- “ Senhor deputado, eu peço-lhe só um pequeno esclarecimento, quando se referia ao senhor Presidente, referia-se ao da Assembleia ou ao da Câmara?”-----

--- **DOMINGOS PEIXOTO (PS)** – disse:-----

--- “Ao senhor Presidente em título da Assembleia.”-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – disse:-----

--- “Eu recordo que isto não é uma proposta da Assembleia Municipal, é uma proposta dos grupos municipais do PSD e CDS-PP.” -----

--- **DOMINGOS PEIXOTO (PS)** – disse:-----

--- “Eu sei, mas o senhor Presidente em título, sei o que ele defende, sei que tem uma opinião publicada e é sobre isso que eu falei, senhor Presidente.” -----

---**PAULO COSTA (BE)** – disse:-----

--- “A senhora deputada do CDS quase ia saindo daqui do púlpito gritando “Portugal é do povo e não de Moscovo”, lembrando um desses chavões que aqueceram esses tempos.-----

--- E, contrariamente àquilo que o senhor Presidente há pouco invocava, que os factos históricos são os factos, não há factos históricos! Há muitos intérpretes, felizmente muitos deles ainda vivos, e os próprios que participaram nestes factos, muitas vezes ao longo dos anos foram mudando a sua leitura, foram-se apercebendo de algumas nuances que não se teriam apercebido na altura, portanto, tiremos qualquer ilusão de que isto é um assunto claro, retilíneo, sem qualquer discussão ou múltiplas interpretações. Não é, seguramente, nem sequer é pacífico, quarenta anos depois.-----

--- É um período da história de Portugal, cuja data, quer queiramos, quer não, marcante será o 25 de abril de 1974, e que no seu desenrolar de fluxos e refluxos das várias forças sociais,

dos vários intérpretes, das lutas de classes se assim quisermos, porque elas existem, não nos iludamos, chamemos-lhe outras coisas, mas este velho chavão marxiano tem a sua utilidade para lermos estes tempos, portanto, não podemos ter a ilusão de que será um assunto sem a sua mácula, não só porque é um período em que há várias mortes, não só esses dois jovens, houve vários militares nesse período de novembro que pereceram, não se pode dizer que foram assassinados, não sei, até um facto que se desenrolou alguns meses depois em Custóias, em janeiro de 1976, mas que envolveu também ainda sequelas desse fenómeno. Portanto há aqui tantos e tantos factos no meio desta envolvência, que não podemos ter a ilusão de que teremos uma leitura pacífica sobre isso. -----

--- E quer queiramos, quer não, há uma espécie de revanchismo por parte dos grupos municipais do PSD e do CDS-PP, em relação a abril com este tipo de proposta de sessão solene em relação ao 25 de novembro. E eu, secundando o meu camarada, também manifesto aqui a minha indisponibilidade e a indisponibilidade do Bloco de Esquerda em participar desta sessão. Não é que nós tenhamos a ilusão de uma qualquer verdade histórica, ou de que há a possibilidade de nem sequer estarmos equivocados, nada disso, é uma mera questão afetiva de posicionamento, de leitura dos tempos históricos. E aquilo que há pouco o senhor deputado do Partido Socialista disse é verdade, quer dizer, houve uma tentativa de silenciamento, de ilegalização até de forças políticas, e não foi por parte dos perigosos pró-soviéticos, quer dizer, ou maoístas, ou seja lá o que for, quer dizer, foi das fações, posso até dizer-lo, quer dizer, fascistas, neofascistas e, portanto, quer queiramos, quer não, isso estava tudo no terreno. -----

--- Tudo isto não nos deixa pacificamente com esta proposta, portanto nós iremos votar contra.”-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – disse:-----

--- “Senhor deputado é só uma retificação, eu nunca disse que não se havia de falar de história! E já que fala em ilusão, o que eu digo é que é uma ilusão tentarmos em cinco minutos, fazermos uma resenha histórica do que foi o 25 de novembro! É isto que eu digo só!” -----

---**PAULO COELHO (CDS-PP)** – disse:-----

--- “Eu começo por invocar o parágrafo da proposta que basicamente é o seguinte: considerando que a evocação solene de datas históricas que contribuam para o engrandecer da nação, consolida a própria democracia. Portanto, a evocação destas datas consolida, na nossa opinião, a própria democracia. -----

--- Eu queria dizer em primeiro lugar, que nós respeitamos profundamente o 25 de abril. O 25 de abril foi o início do processo que levou à democracia, é um facto, e a liberdade começou com o 25 de abril, mas a democracia foi consolidada com o 25 de novembro. E eu explico o porquê facilmente. Por falar em democracia, o primeiro ato democrático depois do 25 de abril, foi a eleição da Assembleia Constituinte no dia 25 de abril de 1975. Nessa Assembleia Constituinte os partidos do ato da democracia que era o PS, o PPD e o CDS tinham duzentos e treze dos duzentos e cinquenta deputados da Assembleia Constituinte. Os partidos da esquerda o MDP, a UDP e o PCP, que eram a Frente da Unidade Revolucionária, tinham apenas trinta e seis deputados. No entanto, tivemos governos provisórios de Vasco Gonçalves, que destruíram a economia do país em dois ou três meses. Nacionalizaram a indústria, nacionalizaram a banca, nacionalizaram as telecomunicações, levaram à criação de um clima de instabilidade que podia eventualmente descambar numa guerra civil, mas enfim, veio o 25 de novembro, a democracia instalou-se.-----

--- Eu só queria lembrar também, que uma proposta similar a esta, foi aprovada na Câmara Municipal de Lisboa, que na altura era presidida pelo Dr. António Costa, com os votos a favor do PS.” -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – disse:-----

--- “Senhores deputados, eu falei precisamente da resenha histórica, até porque sei que são cinco minutos e era importante. Agora sou eu que faço a questão, que tipo de sessão solene é que o grupo municipal do PSD e do CDS-PP pretendem, que às tantas os senhores deputados até irão. “-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse:-----

--- “Factos históricos, são factos históricos. O golpe do 25 de novembro de 1975 foi claramente uma tentativa de golpe militar, levado a cabo por forças apoiadas, sobretudo pela esquerda mais radical, e que felizmente para todos nós, não vingou. Não vingou e permitiu

que a democracia pluralista do tipo ocidental como aquela que nós conhecemos, possa ter vingado. -----

--- Mas antes do 25 de novembro, e sem quer entrar aqui naturalmente em nenhuma resenha histórica, permita-me ler um texto, acho que é um texto interessante, e que certamente todos concordarão com o teor do mesmo, um texto escrito por duas jornalistas de Famalicão, Sandra Ribeiro Gonçalves e Raquel Ermida, sobre o título Verão Quente de 1975, isto foi um artigo escrito no Povo Famalicense, e que eu trago aqui à colação porque parece que é importante para contextualizar. “ De sangue se escreveu a história do Verão de 1975 em V. N. de Famalicão, duas mortes, dois feridos graves e outras tantas vítimas das escaramuças que opunham diferentes correntes de opinião quanto ao regime, foi o balanço de cinco dias de forte perturbação social. O povo saiu uma vez mais à rua para protestar contra a constituição de um estado comunista, que receavam igualmente a opressão da ditadura da qual se libertaram no ano anterior com a revolução do 25 de abril de 1974”. -----

--- É exatamente este contexto histórico que nós queremos recordar, é exatamente também dentro deste contexto histórico que nós não queremos que seja esquecido, eu julgo que não é mau, eu julgo que nenhum de nós discordará que não é mau lembrar, não é mau recordar, não é mau evocar, mau certamente será esquecer, mau será certamente olvidar. -----

--- Da parte do PSD não há qualquer intuito, nem de provocação, nem de mistificação, nem de manipulação dos atos e da forma que cada um deles pode interpretar. Achamos é que temos o direito, de facto, de não esquecer a história e podermos de uma forma livre, evocar esse momento e o momento, todo ele, que antecedeu o próprio 25 de novembro, concretamente o Verão Quente de 1975 no contexto concelhio. -----

--- Agora, senhores deputados, em democracia é um dever das maiorias respeitar as minorias, mas também em democracia, é um dever das minorias respeitar a vontade da maioria. E, por isso, eu não me parece que seja defensável do ponto de vista democrático que quem discorde simplesmente se ausente, abandone, que fuja a uma cerimónia deste tipo! Não é um ato democrático seguramente, quando a esquerda mais radical discorde, e tem direito a discordar, fuja, ausente-se, abandone! Isso não é respeitar a democracia! Como se vê, senhores deputados, o conceito de democracia, pelos vistos também não há unanimidade quanto ao mesmo. -----

--- Fica este propósito, não se trata, e queria repetir, de nenhuma provocação, nenhuma manipulação, muito menos de revanchismo, trata-se de evocar uma data que para nós tem um significado histórico que não deve ser esquecido. -----

--- Senhor Presidente, relativamente à sugestão que faz, o que o PSD recomenda é que a Mesa convoque a Comissão Permanente e defina os termos da forma como essa cerimónia pode ocorrer.” -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – disse:-----

--- Senhores deputados, eu do ponto de vista regimental, sou obrigado a interromper a sessão agora, portanto vou pôr aqui à votação dos grupos municipais, se a hora se pode prolongar nem que seja cinco minutos. Algum grupo se opõe a que se ultrapasse a hora? -----

--- ***Posta à votação tal proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.*** -----

---**TAVARES BASTOS (PS)** – disse: -----

--- “Eu estou no Partido Socialista, mas sou independente democrata cristão. Queria num minuto dizer ao senhor deputado e meu querido amigo do Partido Comunista, que se esqueceu de referir o cerco ao primeiro congresso do CDS no Palácio de Cristal, onde eu estava lá dentro. Estava eu e estava o Freitas do Amaral, o engenheiro Amaro da Costa, o Basílio Horta. E digo mais, se não fossem os convidados italianos e ingleses que estavam lá dentro, que telefonaram para chancelarias, não sei mesmo se não haveria lá muitas mortes! -

--- Quanto à sessão em si, eu sou um independente, já participei em sessões do 25 de abril, aliás acho muito estranho o CDS agora desvaloriza o 25 de abril para valorizar o 25 de novembro. É isso, já o Presidente Nuno Melo também tem essa teoria, enfim, cada um é livre do que é. Eu já fiz, sete, oito, nove ou dez discursos do 25 de abril, é sempre a mesma coisa, aquilo não tem interesse nenhum e, portanto, neste clima de efervescência que se está a criar a nível nacional, vir a acelerar mais os ânimos com uma sessão solene em que pode haver aqui choques, não me parece que seja oportuno. Deixem isso para o ano. Portanto eu vou votar contra esta proposta, mas só por estas razões.” -----

---**PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Ora bem, que é inquestionável que há movimentações militares nesse dia há, agora o seu significado, até os próprios números, quer dizer, é relativamente residual o número de

militares dessa esquerda ou extrema-esquerda radical de que tanto se fala, há quartéis e há espaços militares onde eles se resumem a uma dúzia, às vezes, entre centenas, portanto um número quase insignificante. É claro que são tempos muito conturbados, quer queiramos quer não, muito estremados, aceito perfeitamente que próximo de uma guerra civil. Houve ao longo desses vários meses, houve situações inadmissíveis de atentado à dignidade, à integridade, até à propriedade, se bem que a questão da propriedade levava-nos a uma grande discussão, mas eu penso que não faz muito sentido estarmos aqui a ter uma sessão comemorativa do 25 de novembro, sinceramente.” -----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – disse: -----

--- “O que eu queria dizer é que o que nós propomos, os dois grupos municipais, é que se proceda a uma sessão evocativa do 25 de novembro. Ora, evocar o 25 de novembro, não é concordar com o 25 de novembro! Nós podemos, cada um de nós nessa sessão expor o seu ponto de vista, relativamente a esta matéria! E os senhores deputados têm a liberdade, porque nós defendemos a liberdade, têm a liberdade de dizerem o que entendem relativamente a essa matéria! E os senhores dizem com toda a liberdade possível, mas nós também queremos dizer o nosso ponto de vista! Eu sei, senhor deputado, mas o senhor parece que não sabe, porque o que nós estamos aqui a decidir é se fazemos ou não a sessão evocativa e o senhor só tem que dizer se quer ou não fazer! Agora, dizer o que é que foi o 25 de novembro, terá a oportunidade na sessão evocativa, se estiver presente, para o fazer!” ----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PSD E CDS-PP PARA A REALIZAÇÃO DE UMA SESSÃO SOLENE, NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2015, EVOCATIVA DAS COMEMORAÇÕES DOS 40 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO, NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, QUINZE CONTRA E SEIS ABSTENÇÕES.**-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – informou que a Mesa da Assembleia iria convocar a Comissão Permanente de Apoio à Mesa para a organização da sessão solene,-----

--- Também solicitou a aprovação de todas as deliberações ali tomadas em minuta de ata. ---

--- **Posta à votação tal proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.** -----

